

ATA DA OITAVA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 30-4-2020.

---

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.582/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às dez horas e vinte e quatro minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum deliberativo, o Presidente declarou abertos os trabalhos e iniciada a ORDEM DO DIA. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Felipe Camozzato e Prof. Alex Fraga. A seguir, foi aprovado requerimento verbal formulado por Ricardo Gomes, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Reginaldo Pujol, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, por vinte e nove votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Em Votação Nominal, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 053/20 (Processo nº 0136/20), após ser encaminhado à votação por Adeli Sell, Mauro Zacher, Cláudio Janta, Idenir Cecchim, Cláudia Araújo, Mauro Pinheiro e Airto Ferronato. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 053/20, por dezenove votos SIM e doze votos NÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein e Não Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Idenir Cecchim, José Freitas, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Ramiro Rosário e Reginaldo Pujol. Foi rejeitada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 053/20, por quinze votos SIM e dezessete votos NÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Airto Ferronato, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, José Freitas, Lourdes

Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 053/20, por vinte e seis votos SIM e seis votos NÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein e Não Idenir Cecchim, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Ramiro Rosário e Reginaldo Pujol. Em Votação Nominal, foi rejeitado o Projeto de Lei do Legislativo nº 042/20 (Processo nº 0101/20), por quatorze votos SIM e dezoito votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Cassiá Carpes, Mendes Ribeiro, Mauro Zacher, João Bosco Vaz, Ramiro Rosário, Adeli Sell, Engº Comassetto, Valter Nagelstein, Aírto Ferronato, Cassio Trogildo, Roberto Robaina, Cláudio Janta, Felipe Camozzato, José Freitas e Mauro Pinheiro, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Ricardo Gomes e Roberto Robaina e Não Aírto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, José Freitas, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol e Valter Nagelstein. Em Votação Nominal, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 045/20 (Processo nº 0104/20), após ser encaminhado à votação por Mônica Leal, Mauro Pinheiro, Adeli Sell, Cláudia Araújo, João Carlos Nedel, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Idenir Cecchim, Karen Santos, José Freitas, Mauro Pinheiro, Aírto Ferronato e Cassio Trogildo. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 045/20, por dezenove votos SIM e treze votos NÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Valter Nagelstein e Não Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Na oportunidade, em face da aprovação da Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 045/20, foi declarada parcialmente prejudicada a Emenda nº 02. Foi aprovada, em sua parte não prejudicada, a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 045/20, por vinte votos SIM e doze votos NÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Valter Nagelstein e Não Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio,

Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Foi rejeitado o Projeto de Lei do Legislativo nº 045/20, por dezoito votos SIM e treze votos NÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Valter Nagelstein e Não Airto Ferronato, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Ramiro Rosário e Ricardo Gomes. Em Votação Nominal, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 047/20 (Processo nº 0106/20), após ser encaminhado à votação por Aldacir Oliboni e Mendes Ribeiro. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 047/20, por vinte e sete votos SIM e duas ABSTENÇÕES, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, José Freitas, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Roberto Robaina e optado pela Abstenção Lourdes Sprenger e Valter Nagelstein. Foi rejeitado o Projeto de Lei do Legislativo nº 047/20, por dezesseis votos SIM, doze votos NÃO e duas ABSTENÇÕES, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, José Freitas, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, votado Não Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes e optado pela Abstenção Lourdes Sprenger e Valter Nagelstein. Às quatorze horas e trinta minutos, esgotado o prazo regimental da presente sessão, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a sessão extraordinária a ser realizada no dia quatro de maio do corrente. Os trabalhos foram presididos por Reginaldo Pujol e Paulo Brum. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Solicito ao Sr. Diretor Legislativo, Luiz Afonso, que proceda à verificação de quórum para ingresso diretamente na Ordem do Dia da 008ª Sessão Extraordinária.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Após a chamada nominal.) 30 vereadores presentes.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 10h24min:** Havendo quórum, passamos à

## ORDEM DO DIA

Desde logo informo a seguinte providência: ontem nos reunimos no comitê permanente de risco e, como consequência, a Mesa Diretora e o colégio de líderes, no conjunto, os vereadores que compõem o comitê de risco, por ampla maioria, até porque não dizer, por unanimidade, concertaram em propor aos vereadores componentes desta colenda Câmara uma Ordem do Dia elaborada em função de dois critérios básicos. Primeiro, de conservar, entre os projetos primeiros a serem votados, os dois projetos que remanesceram das sessões anteriores e que são, respectivamente de autoria dos vereadores Cláudio Janta e Mauro Zacher. Num segundo plano e em sequência, os cinco outros projetos da imposição de votação no dia de hoje, colocados na relação pela ordem cronológica do seu ingresso no protocolo da Casa. Essa proposição das lideranças, chancelando a decisão da Mesa Diretora da Casa, entendo que deva ser chancelada pela totalidade da Casa, razão pela qual nós esgotaríamos neste momento a capacidade de requerimentos em função da Ordem do Dia da sessão de hoje e seguintes. A proposição das lideranças só pode ser alterada por uma decisão da maioria da Casa; se a maioria da Casa desde logo concorda, nós ganhamos espaços para continuarmos os nossos trabalhos com mais celeridade e não esgotar em votação de vários requerimentos como na reunião passada. Nestas condições, consulto os senhores vereadores se há concordância com a relação do nosso Diretor Legislativo que será apresentada nominalmente, e que eu acredito que já tenha sido distribuída inclusive para todos os senhores integrantes do sodalício da Câmara Municipal. Doutor Luiz Afonso, por gentileza, assumo o comando dessas informações.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Pois não, Presidente. Na Ordem do Dia de hoje, nós temos o PLL nº 053/20, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que trata sobre a suspensão da cobrança de taxas dos permissionários de táxis e veículos escolares, de competência do Município de Porto Alegre – RS, enquanto perdurarem as medidas emergenciais de prevenção e enfrentamento do coronavírus; o PLL nº 042/20, de autoria do Ver. Mauro Zacher, que dispõe sobre a suspensão da cobrança do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, Taxa de Coleta de Lixo – TCL, Tarifas de Água e Esgoto, de competência do Município de Porto Alegre – RS, enquanto perdurarem as medidas emergenciais de prevenção e enfrentamento da Covid-19; o PLL nº 045/20, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, que cria o Programa de Auxílio ao Enfrentamento da crise da Covid-19 no Município de Porto Alegre; o PLL nº 047/20, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que estabelece medidas de proteção e segurança durante o período epidemiológico do coronavírus (Covid-19) no Município de Porto Alegre; o PLL nº 048/20, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, que estabelece o uso obrigatório de máscaras cirúrgicas ou assemelhadas como forma de combate à disseminação da Covid-19 no Município de Porto Alegre; o PLCL nº 006/20, de autoria do Ver. Ricardo Gomes, que altera o art. 14 da Lei Complementar nº 859/19. (alteração/IPTU); o PLL nº 052/20, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que estabelece a

realização de testes diagnósticos da Covid-19 no Município de Porto Alegre. São essas as matérias que temos priorizadas, Presidente.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Agradeço a informação e consulto os senhores vereadores se há concordância, se precisamos ou não colher os votos dos senhores vereadores para estabelecer ou não a concordância, o que, por medidas de economia de tempo, determino que se faça desde já, solicitando que os vereadores que concordam com a ordem proposta pelas lideranças se manifestem com “sim”.

**VEREADOR RICARDO GOMES (DEM) (Requerimento):** Eu sou autor do projeto que está pautado sob o número 6 da priorização, o PLCL nº 006/20, e, tendo em vista a aprovação na semana passada do projeto que determina a transparência da Prefeitura, eu gostaria de aguardar a entrega dos dados da transparência para votar esse projeto. Então estou requerendo a retirada de priorização, para que nós tenhamos os números que a Prefeitura há de informar à Câmara para tomar uma decisão informada sobre esse projeto. Portanto, Sr. Presidente, solicito a retirada do PLCL nº 006/20 da ordem de priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** A decisão da retirada da priorização, ainda que pessoal do vereador, me parece que precisa ter a concordância do plenário ou não, Diretor Luiz Afonso?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** De fato, a alteração da priorização depende da concordância do plenário. Mas eu creio que, neste particular, solicitada pelo autor, não precisemos fazer uma chamada nominal, talvez, consultemos os vereadores se não tem óbice, aí já podemos considerar retirado o projeto. Todos os senhores e as senhoras têm acordo com a retirada?

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Ricardo Gomes. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)  
**APROVADO.**

Perfeito, está aprovada a retirada da priorização do item nº 6. Temos, então, seis projetos.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Questão de Ordem.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Bom dia a todos, peço escusas por ontem eu estar me deslocando e não peguei o final da nossa reunião.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Vereador, V. Exa. está escusado, mas ingresse na Questão de Ordem.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD) (Questão de Ordem):** Está bom, Presidente, o senhor está com o sangue fervendo hoje pela manhã. Ontem eu fiz um encaminhamento e quero aqui encaminhar a todos os colegas. Nós mantendo a questão da ordem de votação dos projetos, a única coisa que poderia alterar essa ordem, seriam vetos vindos do Executivo. Nós estamos votando projetos somente referentes à Covid-19, por acharmos que é necessário e importante. Eu também acho necessário e importante, quando vierem os vetos do Executivo, nós não esperarmos o prazo regimental de 45 dias e já entrarmos de imediato com esses vetos na Ordem do Dia, estando eles priorizados. Esse é o encaminhamento que fiz ontem, como tive que me deslocar, encaminho agora, para que todos os pares da Casa acompanhem. Esta reunião vai até as 13h30min ou segue à tarde, contando que a gente venha a votar?

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Considerando que esta sessão é extraordinária, ela é de quatro horas. Concluídas essas quatro horas, que não será às 13h e sim às 14h15min, porque não iniciamos exatamente às 10h. Neste momento, inclusive, haverá a consulta da conveniência ou não de se fazer outra sessão extraordinária para continuarmos o exame das matérias que ainda estiverem pendentes de aprovação. Salvo se, antes disso, todas as matérias já estiverem sido resolvidas. Correto?

Peço que inicie a coleta de votos com relação à aprovação da ordem estabelecida pelo colégio de líderes.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em votação nominal o requerimento para a aprovação da priorização distribuída aos Srs. Vereadores, com exceção do item nº 6, projeto de autoria do Ver. Ricardo Gomes, retirado da priorização, solicitado e deferido pelo plenário. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 29 votos **SIM**.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Requerimento aprovado, o que nos permite de imediato iniciarmos o cumprimento da ordem estabelecida e consolidada pela decisão do plenário que por unanimidade aprova esta relação, sendo que o primeiro projeto constante dessa relação é o projeto de autoria do Ver. Cláudio Janta. Eu coloco em votação de imediato, pedindo a V. Exa. que apregoe o teor do mesmo e informe as decisões... (Problemas técnicos no som.) da Comissão de Constituição e Justiça a respeito do mesmo - se o parecer é favorável ou não.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. Cláudio Janta pede uma Questão de Ordem.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD) (Questão de Ordem):** Um esclarecimento, Sr. Presidente e diretor Luiz Afonso; o Ver. Cassiá e a Ver.<sup>a</sup> Lourdes trataram de não votar projetos que não estivessem relacionados com a Covid-19. O Ver. Mauro também fez esse questionamento. Eu gostaria de saber que projetos seriam

esses? O Ver. Ricardo já tirou o projeto dele. Há outro projeto na lista que não trata da Covid-19? É um acordo que nós já fizemos, há mais de 40 dias, de que só iríamos votar projetos referentes à pandemia.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Vereador, uma informação que eu considero muito importante: o Ver. Ricardo Gomes não retirou o projeto, retirou a priorização do projeto, ou seja, o projeto continua existindo e será oportunamente avaliado se não houver outra decisão posterior. Todos os projetos de hoje receberam parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela tramitação; às vezes até com ressalva contra o mérito. Agora, o plenário tem toda condição de, eventualmente, entender que desses cem projetos remanescentes, um ou dois ou três ou todos não têm nada a ver, não estão vinculados aos objetivos da nossa resolução que colocou em prática essa forma especial de avaliar esses projetos de lei. Se o plenário entender com relação a um ou outro projeto, obviamente, vamos submeter à análise; se for o caso, vão ser retirados definitivamente, por decisão do plenário, por entender que eles não têm nada a ver com o que está em análise no momento de forma prioritária, que é serem vinculados à pandemia que se alastra por este País.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Sr. Presidente, não querendo ser “mais realista que o rei”, ainda mais que V. Exa. e o colégio de líderes, a Mesa Diretora, e com o conhecimento todo que o Luiz Afonso tem; mas nós fizemos um acordo de líderes, de Mesa, aberto a todos os vereadores, que só iríamos votar projetos relacionados à pandemia. Então, se nós abirmos uma portinha, vai abrir um portão, vamos escancarar, vamos liberar o estádio com ingresso de graça. Acho que temos que manter a resolução que fizemos há mais de 40 dias, que esta Casa vai se reunir virtualmente somente para votar projetos referentes ao coronavírus. Acho que nós não devemos abrir uma exceção e faço coro ao Cassiá e à Lourdes: aos colegas que estão pensando em votar algum outro projeto, eu tenho na lista vários projetos meus que eu queria votar, e acredito que todos nós temos, mas nós fizemos um acordo, eu acho que nós teremos que cumprir esse acordo e votar somente projetos relacionados à Covid-19.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Vereador, desculpe, mas é mais do que um acordo, é da própria resolução que só se votam e se examinam projetos com essas características. Eu entendo que a solicitação de que sejam retirados os projetos é porque, na opinião de alguns vereadores, existem – sou levado a concluir dessa forma – projetos, nessa relação de seis, que está sendo votada no dia de hoje, projetos que eventualmente não têm essas características e que não tenha sido isso sustentado pela Comissão de Constituição e Justiça, que poderia tê-lo feito. Não havendo isso, perduram todos os acordos, todas as decisões anteriores, que serão objeto de alguma impugnação aqui ou acolá, se tal for necessário. Por enquanto, não existe impugnação formal de qualquer dos seis projetos que estão hoje na Ordem do Dia, que eles não estejam vinculados a razões que nos levaram a estabelecer esse regime especial de votação.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Na verdade, quando da elaboração da resolução, tínhamos a questão de saber qual o principal fórum inicial que iria definir os projetos, e, de fato, no § 4º do art. 1º da Resolução, nós estabelecemos que compete ao colégio de líderes fazer a priorização. O entendimento em relação a isso é que, quando o colégio de líderes autoriza o ingresso do projeto na priorização, ele entende que o projeto guarda relação com a pandemia. De fato, essa lista que nós temos foi objeto de apreciação e aprovação, ontem, pelo colégio de líderes. Então, nós estamos nessa perspectiva.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Da decisão do colégio de líderes caberia recurso sobre análise, não é o caso presente, acho que não houve nenhum recurso nesse sentido, pelo menos até agora. Se houvesse, determinaríamos as providências.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP) (Questão de Ordem):** Mais uma vez bom dia a todos, um abraço ao Presidente e ao Luiz Afonso, que está comandando. Eu acho que eu fui bem claro: eu não falei ilegalidade, não falei que não devia votar; eu falei “pelo momento”, e o Ricardo foi muito sensível, sentindo que o momento não é apropriado, porque tem alguns projetos que noutros momentos ele... (Problemas técnicos no som.) ...excepcionalidade, e não foi votado. Eu acredito que seja só esse consenso, eu acho que, e aqui fala quem sempre vota, eu tenho minhas opiniões, hoje a minha opinião é de que nós estamos atravessados, ou seja, deve ter sensibilidade de todos, não sou contra o mérito, o mérito de quase todos os projetos é muito bom, mas é o momento, nós não podemos atropelar. O Cecchim usou uma frase até forte, que não fui eu que disse: a gente está se aproveitando desse momento para colocar alguns bodes na sala. Ora! Volto a frisar: não tenho nada contra os projetos, só o momento não é adequado. Numa naturalidade, esses projetos, eu tenho certeza, passariam tranquilamente, mas o momento não é bom, nós temos que ter calma, já votamos coisas boas, não precisa atropelar, não temos que ter quantidade, sim a qualidade e o momento dos projetos. É só essa ponderação.

Aproveitando a oportunidade, quanto à minha bancada: estão livres, podem votar da forma que quiserem, a posição é pessoal, não é do líder do PP, portanto, neste momento, dou liberdade aos meus colegas de votarem como quiserem, mas alerta que eu dificilmente acompanharei esses projetos, devido ao momento, não à sua capacidade, não à sua legalidade, não ao seu mérito. Parabéns aos vereadores, mas este momento eu tenho dificuldade de assimilar. Um abraço a todos.

**VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT) (Questão de Ordem):** Bom dia, Sr. Presidente, Luiz Afonso, colegas; na realidade, eu entendi bem o que o Ver. Cassiá, o Ver. Cecchim e a Ver.<sup>a</sup> Lourdes colocaram. É que está todo mundo pegando a pandemia como gancho, como pano de fundo, e aí cabe qualquer projeto – cabe qualquer projeto! Ontem eu tomei conhecimento, por exemplo, que o Ver. Luciano Marcantônio fez um projeto para abrir a várzea em Porto Alegre. Nada contra, sou



favorável; agora, o futebol mundial está parado, a Fórmula 1 está suspensa, as Olimpíadas, transferidas, e nós é que vamos fazer um projeto aqui? Na realidade, eu também vou nessa linha que o Ver. Cassiá colocou: são projetos ótimos, são projetos que eu estou favorável, são projetos que, num outro momento... Agora, neste momento, não sei, estou muito em dúvida em relação a isso, porque nós já votamos contra um projeto que o Ver. Valter Nagelstein apresentou de isenção do IPTU, que mexeria no caixa da Prefeitura. Eu entendo este agora, é muito diferente a isenção – que eu votei contra – da suspensão. Eu até gostaria muito que o Ver. Janta, o Ver. Mauro Zacher e os outros vereadores apresentassem, mais ou menos, se eles têm uma ideia da renúncia que vai haver, em valores, para a Prefeitura. Eu estou muito em dúvida, aí provavelmente ninguém vai retirar os projetos, nós vamos ter que votar. Quero dizer que os projetos são bons, o mérito desses projetos também é bom, mas quanto ao momento, estou muito em dúvida. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Então, peço que se inicie a votação com relação ao primeiro projeto da lista, que é de autoria do Ver. Cláudio Janta e cujo teor e pareceres serão informados pela Diretoria Legislativa da Casa.

(Procede-se à leitura do PLL n° 053/20.)

### **VOTAÇÃO NOMINAL**

**(encaminhamento: autor e bancadas/03 minutos/sem aparte)**

**PROC. N° 0136/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N° 053/20**, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que trata sobre a suspensão da cobrança de taxas dos permissionários de taxis e veículos escolares, de competência do Município de Porto Alegre – RS, enquanto perdurarem as medidas emergenciais de prevenção e enfrentamento do CORONAVIRUS. (SEI 024.00027/2020-31)

**Parecer:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Adeli Sell: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e das Emendas n<sup>os</sup> 01 e 02.

**Observações:**

- com Emendas n<sup>os</sup> 01 a 02;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 113 da LOM;
- votação nominal conforme o art. 2º, VIII, d, da Resolução n° 2.582/20;
- incluído na Ordem do Dia em 30-04-20, conforme a Resolução n° 2.582/20.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação o PLL n° 053/20. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Obrigado, Presidente, colegas; eu fui o relator deste projeto na Comissão de Constituição e Justiça – falo aqui em meu nome pessoal e dos meus colegas Eng° Comassetto, Oliboni e Sgarbossa –, meu parecer foi favorável, porque tem uma exaustiva análise técnica sob o ponto de vista jurídico, e ele não tem óbice legal. Todos os colegas da Comissão de Constituição e Justiça acompanharam o nosso parecer. Respondendo ao Bosco e outros: na justificativa do projeto de lei há dados orçamentários sobre essa questão, e comparativamente – vamos ser bem claros –, tanto ao orçamento da EPTC quanto ao do Município, essa suspensão é irrisória! Inclusive o Janta deu parecer no projeto da água, que eu tinha colocado junto a essa isenção da TGO e, claro, o Janta achou por bem que ela extrapolava naquele momento. Eu, inclusive, aceitei, e agora acompanho o Ver. Janta na sua proposição. Ademais, nós fizemos, inclusive, pedidos de providências nesse mesmo sentido, nós falamos com a direção da EPTC, e o Fábio disse que isso era uma preocupação da Empresa Pública de Transporte e Circulação, que se veria após a pandemia, mas eu acho que há uma sensação de profunda intranquilidade – vejam que todo transporte escolar ficou paralisado. Nós fizemos um debate recentemente sobre essa questão, por um ano, de dois anos atrás até agora, várias vezes sobre a questão do táxi, dos aplicativos. Então eu acho que sim, tem muito a ver, isso dará uma tranquilidade a este imenso setor, que não são apenas 3.900 carros, são quase 12 mil motoristas, porque nós temos os auxiliares que trabalham também, e agora muitos deles não estão trabalhando. Nesse sentido, nós queremos fazer um apelo a todos os colegas vereadores e vereadoras: este é um projeto meritório, ele é importante e é tranquilizador. Por isso, em nome da bancada do PT, peço seu apoio na aprovação deste projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação do PLL n° 053/20.

**VEREADOR MAURO ZACHER (PDT):** Bom dia, colegas, bom dia, Presidente, quero aqui rapidamente usar o meu tempo, manifestar a minha opinião e também tentar esclarecer alguns colegas que colocam as suas dúvidas em relação à votação dos projetos. Primeiro eu vou aqui falar rapidamente sobre o projeto do Ver. Cláudio Janta. Eu acho extremamente meritório, importante, é um dos segmentos econômicos da cidade que está completamente parado, e é uma cadeia – como bem relatado pelo Ver. Adeli – que depende dessa atividade, são autônomos, então estão completamente desprotegidos de outros programas. A suspensão proposta pelo Ver. Cláudio Janta é irrisória, como foi bem dito, não é um volume de recursos que venha a prejudicar de maneira... (Problemas técnicos no som.) ...o Município nesse sentido.

Quero dizer que da minha parte estou acompanhando o drama de centenas de transportadores do Município, de permissionários. Quero dizer aqui que eu tenho um parecer meu favorável sobre o projeto.

A segunda questão é o nosso projeto, que foi o primeiro protocolado em relação à Covid, que é a suspensão de alguns tributos. Por que não votamos a favor, por que eu fui contra a isenção? Porque ele trabalhava apenas um segmento, e nós não podemos descartar, em algum momento, discutir alguma isenção. Então não estou aqui me opondo à questão, acho que sim, que a isenção a gente pode pensar num segundo momento, assim como, talvez, um Refis lá adiante. Neste momento, a proposta que a gente faz é sobre suspensão, e quero dizer que, em parte, o nosso projeto já foi atendido pelo governo municipal, porque a suspensão do ISS, por exemplo, já está atendida pelo governo municipal – a maior parte da arrecadação dos tributos municipais vem do ISS. Essa suspensão já foi atendida pelo governo municipal por 60 dias, o que nós estamos propondo é a ampliação de outros tributos. E fica muito bem claro no nosso projeto que o prefeito, depois, pode regulamentar, por decreto – está escrito isso no projeto –, um parcelamento. Então, por exemplo, outros tributos que serão atingidos – como é o caso, talvez, do IPTU, que é a maior fatia do bolo – poderão, depois, ser parcelados numa proposta do governo, numa proposta, inclusive, da Câmara de Vereadores. Agora, quero ressaltar também que a responsabilidade fiscal é muito importante, por isso que nós estamos propondo, em outro projeto, a utilização do recurso de fundos. É caixa para o prefeito, para o prefeito poder usar recursos de fundos que estão parados neste momento, para fazer caixa e honrar com seus compromissos.

A terceira questão é que o governo federal já garantiu os repasses do Fundo de Participação dos Municípios nos mesmos valores dos meses do ano passado, então, de certa forma, o Município já tem, por parte do governo federal, e tramitam agora, no Congresso, outros suportes, outros apoios, recursos para os municípios, para os Estados... Isso será necessário para que a gente venha a enfrentar a crise. Agora, penalizar esses vários setores da economia, pessoas que estão na informalidade, autônomos, com a cobrança, neste momento? Eu acho que a Câmara pode, sim, propor algo que venha a suspender. Passando este processo de calamidade, passando este processo da Covid-19, o prefeito pode propor, através de lei, ou nós podemos propor um Refis ou até mesmo pensar em alguma isenção que possa atender os vários setores da economia que foram atingidos neste período.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Sr. Presidente, gostaria de fazer uma retificação técnica, só para acertar os nossos registros: nós estamos considerando que as intervenções dos vereadores Cassiá Carpes e João Bosco Vaz foram mais no sentido de questões de ordem, e não propriamente de encaminhamento. Apenas um registro, não muda nada.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 053/20, como autor.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu quero começar a defender o meu projeto pelo final: no período em que vigorarem os decretos de calamidade e leis em razão do coronavírus, sem o acréscimo de juros e multas, ficam suspensas as cobranças das taxas dos permissionários de táxis na cidade de Porto Alegre. Esses permissionários já pagaram, no início do ano, R\$ 220,00 para o Inmetro; já pagaram R\$ 100,00 pela aferição do taxímetro; já pagaram a renovação – uma parcela de R\$ 8,00 já foi paga; vários já pagaram o exame toxicológico de R\$ 150,00; muitos já fizeram, no primeiro semestre, a vistoria no valor de R\$ 38,87; vários já pagaram a TGO de R\$ 44,00. Só que eu acredito que o que esteja pautando os colegas seja a matéria que saiu no jornal Zero Hora dizendo que nós estamos votando horrores, absurdos para a cidade de Porto Alegre, mas o mesmo jornal diz que 90% das corridas dos taxistas em Porto Alegre, pessoas que vêm sofrendo há muito tempo (Problemas técnicos o som. Inaudível.) em hipótese alguma, querendo retirar o projeto que eu já tenho – o Ver. Adeli também tem –, que trata da questão das taxas de aplicativos, das taxas de táxis, de lotações, de todo o sistema de transporte em Porto Alegre, que nós já defendemos milhares de vezes que tem que ser uma discussão integrada. Agora, nós não podemos pegar pessoas, muitas delas até idosas, que não podem, em função das orientações do coronavírus, estar trabalhando; então nós achamos que seria por bem, neste período da pandemia, neste período de calamidade – o projeto fala muito bem disso –, enquanto vigorar o decreto, suspender, de forma que depois comecem a pagar. Isso está sendo feito com os alugueis comerciais no Brasil inteiro, está sendo feito com vários outros segmentos. Os próprios trabalhadores estão abrindo mão de uma parcela do seu salário, estão abrindo mão de 25% do seu salário; chegando a até 40%, em alguns casos; para os executivos, diretores e gerentes, chegando a até 70%, para manterem um pouco de dignidade.

Então o que nós estamos pedindo é que esta Casa, que tem este papel importantíssimo de votar e de se preocupar com a população... Isso é vinculado à Covid-19, porque prevê que, automaticamente, quando encerrar o decreto sobre a pandemia, os taxistas terão que pagar novamente, tirando os juros e as multas. É somente isso o que estamos pedindo para uma empresa pública que arrecadou, somente em um semestre, R\$ 57 milhões em multas e continua com barreiras aqui na Av. Assis Brasil, quem sai na FIERGS; na Av. Ipiranga, perto da CEEE; na Av. Cavallhada, próximo à área que era da Avipal. Em vários pontos de Porto Alegre, há barreiras da EPTC; são barreiras que permitem que a EPTC arrecade, em um semestre, R\$ 57 milhões em multas. Nós estamos falando em, no máximo, R\$ 350 mil, que voltarão aos cofres públicos ali na frente.

Que Oxalá, que Deus permita que, em breve, a gente possa voltar a ter as nossas atividades normais. Lá na frente, esses recursos voltarão aos cofres públicos, então não estamos abrindo mão de nenhuma receita, estamos dando um pouco de

dignidade a essas pessoas que nos levam, quando podem, quando estamos nas ruas, a vários pontos da cidade de Porto Alegre. Seria isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 053/20.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Sr. Presidente, queridos colegas vereadores, o projeto do Ver. Janta, primeiro, tem muito juízo, explica muito bem que é uma suspensão enquanto estiver esta pandemia declarada. Eu acho que isso não tem muito problema não, concordo que não é muito grande o valor que o Município deixa de arrecadar, mas eu fico preocupado com outro projeto que suspende tudo. Aí, nós reclamamos que não temos as emendas atendidas, mas vai atender como, se suspender ISS e IPTU? Parece que até o ITBI estão propondo suspender. Imaginem se quem compra um apartamento por R\$ 1 milhão, por R\$ 2 milhões não vai ter o dinheiro do ITBI! Eu acho que temos que ter muito cuidado com essas coisas, então o projeto do Ver. Janta é meritório e tem juízo. Eu acho que todos têm juízo, todos querem fazer o bem, mas eu acho que nós temos que nos autolimitar. Tem algumas coisas que são exageradas. Como bem disseram os vereadores Cassiá e Bosco, nós não podemos, neste momento, na ânsia de ajudar – eu tenho certeza de que todos querem ajudar, não tenho dúvida disso –, acabar dando um tiro no pé; daqui a pouco, não vai ter repasse para a Câmara, não vai ter salário para os funcionários, porque o dinheiro não dá em árvores, e não vem dinheiro federal. O Fundo de Participação dos Municípios virá de acordo com o ano passado, mas isso é apenas um, é o Fundo de Participação dos Municípios, assim como o Fundo de Participação dos Estados; mas o dinheiro que o Município precisa é dessa arrecadação de ISS, arrecadação de IPTU. Eu estou pagando parcelado o IPTU, não tinha dinheiro para pagar no início; no meio do mês de abril, paguei o IPVA; muitas coisas estou pagando, porque tenho que pagar, nós temos que pagar. O governo disponibilizou uma faixa para pagar a folha de pagamento, então seria injusto eu não pagar os impostos municipais ou estaduais, sendo que o governo federal está ajudando na folha de pagamento. Era isso o que eu queria dizer.

Temos que ter votos conscientes para que não quebre definitivamente a fonte. O que é a fonte? A fonte são os impostos para a Prefeitura poder pagar salários. Daqui a pouco, nós não vamos ter dinheiro para os salários. E, votando neste projeto, nós perdemos o direito de reclamar as... (Problemas técnicos no som.)

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 053/20.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Bom dia, Presidente; bom dia, colegas vereadores e vereadoras. Eu quero me manifestar com relação ao projeto do Ver. Janta, porque, na verdade, ele suspende de imediato e não isenta. O meu parecer sempre será favorável a suspensões temporárias durante este período de calamidade e não a isenções, porque, na verdade, todos nós sabemos que nós temos um dever com as nossas contas, desde que se inicia o ano, e todo mundo sabe disso, então não tem por que, mesmo neste momento, nós isentarmos. Eu acho que nós precisamos, sim, suspender por um período e depois ver de que forma, quando as coisas voltarem ao normal, podemos fazer um Refis ou realizar os pagamentos; mas todos nós sabemos dos nossos compromissos. Na verdade, me preocupo muito, dentro deste projeto – e o Ver. Janta comenta a respeito –, com os transportes escolares, além dos táxis. Essas pessoas estão sem trabalhar, porque as escolas estão fechadas, e eles também têm famílias, também têm necessidades. Nós precisamos ter sempre um olhar atento a essas categorias. Então, eu acho justo o projeto, o nosso parecer será favorável.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 053/20.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL):** Presidente Pujol, demais vereadores, eu acho que as preocupações de todos os vereadores aqui são meritórias quando se preocupam com a população, quando se preocupam em como as pessoas vão pagar os seus impostos, as suas taxas. Sobre este projeto do Ver. Janta, nós sabemos que a sua ligação com o setor de táxis é bastante grande, é um vereador que está preocupado com a categoria; mas quero alertar os vereadores que este é um projeto que, na minha opinião, é inconstitucional, interfere no Executivo, e também quero tranquilizar os vereadores e dizer que a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana e a EPTC, o secretário Fábio e o secretário Tortoriello já estão conversando com o sindicato dos taxistas, já tiveram uma reunião, não só sobre a TGO, mas sobre toda a situação dos táxis de Porto Alegre, que preocupa não só os vereadores, mas também está preocupando o Executivo, porque sabemos que os taxistas têm passado por um problema grande na cidade de Porto Alegre com a entrada, principalmente, dos aplicativos, já há algum tempo e já têm tido algumas dificuldades. Então, o Executivo, através da secretaria de mobilidade, já está em contato com o sindicato; estamos preocupados sim, estamos buscando uma solução juntos. O Executivo está ajudando, junto com os taxistas, já teve essa reunião, em breve acho que sairá. Eu acredito que a aprovação deste projeto, Ver. Cláudio Janta, com toda a boa intenção que V. Exa. tem em ajudar os taxistas, pode, inclusive, até prejudicar, pois pode criar uma judicialização e acabar atrapalhando o que o Executivo já está encaminhando junto com os taxistas, de buscar alguma solução para melhorar as condições dos taxistas, que sabemos que é bem ruim na cidade de Porto Alegre. Então, eu acho que a aprovação deste projeto pode atrapalhar. Sei da boa intenção do Ver. Cláudio Janta, a boa intenção dos vereadores,

mas, na minha opinião, a aprovação desse projeto pode atrapalhar as tratativas que já estão acontecendo com o sindicato. Inclusive o vereador que tem boa relação com o sindicato, pode ligar para o sindicato, durante a sessão, e verificar o que já está acontecendo. Eu tenho inclusive o *status* aqui do que significa a TGO, é algo que realmente, como disse o vereador, é um valor que para o Município não é um valor muito alto. Então, o que nos preocupa não é só essa taxa TGO, mas sim o momento econômico e que os taxistas enfrentam grandes dificuldades. Nós, sim, nós estamos buscando uma solução mais ampla que a TGO. Agradecemos aos vereadores se nos ajudarem, Ver. Cláudio Janta, inclusive, porque esse projeto, se aprovado, pode prejudicar ao invés de ajudar, e tenho a certeza de que a intenção do Ver. Cláudio Janta e dos vereadores não é de atrapalhar, e sim de ajudar a categoria. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 053/20.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Primeiro, obrigado pela possibilidade, um abraço a todos vocês. Eu estou ouvindo as manifestações de todos, ouvi agora a manifestação do Ver. Mauro Pinheiro. Acho que o projeto tem mérito sim, a categoria de taxistas e outras estão com problemas sim, assim como a grande maioria de outras atividades. Acho que o projeto tem suas dificuldades com relação à constitucionalidade, registro que até votaria favorável, mas, ouvindo a manifestação do Ver. Mauro Pinheiro, eu peço para o Janta que retire, ou peça o adiamento da votação por alguns dias mais, até porque está certa a manifestação do Mauro. Daqui a pouco, aprovamos um projeto que pode até prejudicar, ou ser menor do que aquilo que prega ou está negociando o próprio sindicato. O Ver. Janta poderia pedir o adiamento por uma sessão ou duas, conversar com o pessoal da associação dos taxistas e dos transportes escolares e ver o que, efetivamente, estão negociando e conversando com o Poder Executivo. Essa é a minha manifestação. Um abraço a vocês.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Só para esclarecimento inicial quanto à votação, nós temos duas emendas. A Emenda nº 01, de autoria do Ver. Cláudio Janta, e a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga. Neste momento, votaremos a Emenda nº 01.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Eu gostaria que fosse enunciado o teor da Emenda nº 01, porque até a mim passou despercebido, pois não observei que havia essas duas emendas. Por gentileza, enuncie o teor da Emenda nº 01, que é a primeira a ser votada.

(Procede-se à leitura da Emenda nº 01 ao PLL nº 053/20.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação nominal a Emenda nº 01 ao PLL nº 053/20. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 19 votos **SIM** e 12 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Solicito a votação nominal da Emenda nº 02 ao PLL nº 053/20, cujo teor e autoria eu pediria ao nosso diretor legislativo que anunciasse.

(Procede-se à leitura da Emenda nº 02 ao PLL nº 053/20.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação nominal a Emenda nº 02 ao PLL nº 053/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 15 votos **SIM** e 17 votos **NÃO**.

Em votação o PLL nº 053/20. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM** e 06 votos **NÃO**.

### **VOTAÇÃO NOMINAL**

**(encaminhamento: autor e bancadas/03 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0101/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 042/20**, de autoria do Ver. Mauro Zacher, que dispõe sobre a suspensão da cobrança do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, Taxa de Coleta de Lixo – TCL, Tarifas de Água e Esgoto, de competência do Município de Porto Alegre – RS, enquanto perdurarem as medidas emergenciais de prevenção e enfrentamento do COVID-19. (SEI 042.00009/2020-31)

#### **Parecer:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Cassio Trogildo: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

#### **Observações:**

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 113 da LOM;
- votação nominal conforme o art. 2º, VIII, *d*, da Resolução nº 2.582/20;
- incluído na Ordem do Dia em 30-04-20, conforme a Resolução nº 2.582/20.



**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação o PLL nº 042/20. (Pausa.) O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Mais uma vez, bom dia a todos. Acho que este é daqueles projetos que não se enquadram para o momento. Ele abrange muitas questões, influencia na arrecadação do Município. Como eu disse, nós tivemos a oportunidade lá atrás de votar, alguns não votaram, outros votaram contra, outros votaram a favor, coisa natural. Mas, neste momento, eu vejo – libero a minha bancada, não tivemos tempo de dialogar sobre isso –, eu entendo que é prejudicial para este e, quem sabe, até para os outros governos. Nós vamos entrar numa seara muito complicada de perda de arrecadação, e o momento não é para isso, nós devemos ajudar, criticar quando necessário. Concordo com os meus colegas que, muitas vezes, nós não temos informações, já temos debatido isso bastante, mas, neste momento, ISS, IPTU, ITBI, tarifa de água e esgoto, é muita confusão. Volto a frisar: acho que o projeto é bom, mas, quem sabe, lá para trás, ou, quem sabe, mais para frente, mas, neste momento em que nós estamos lutando para poder debelar essa pandemia, que é muito importante, está atingido a todos nós, perdendo a vida, familiares, acho que essa questão tributária não é para o momento. Quem sabe, mais adiante, nós vamos analisar, ter um projeto, mas tem várias questões a serem analisadas neste momento. Neste momento, o Ver. Cassiá vota contra, mas libero a minha bancada, para que possam analisar amplamente este projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 042/20.

**VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM):** Sr. Presidente, colegas vereadores, eu vou na mesma linha do Ver. Cassiá. Acho o projeto extremamente meritório, acredito que temos que discutir isso futuramente, acredito que nós temos poucas informações sobre as finanças do Município; nós estamos vendo, logicamente, a arrecadação caindo, e a preocupação é muito grande com os serviços essenciais, básicos da cidade. Eu digo a questão da saúde de Porto Alegre, e o exemplo da coleta de lixo. Eu tenho uma preocupação sobre critérios técnicos para votar um projeto como este, o impacto financeiro, onde nós podemos realocar recursos, nós sabemos que está difícil. Também não tive oportunidade de conversar com os colegas da minha bancada, do DEM, por isso eu libero os vereadores para que votem conforme o seu entendimento, mas eu, por este momento complicado de pouca arrecadação e preocupado com os serviços básicos da cidade, voto “não”, encaminho pela rejeição do projeto.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 042/20, como autor.

**VEREADOR MAURO ZACHER (PDT):** Colegas, eu reafirmo que a nossa proposta talvez tenha sido uma das primeiras propostas que surgiram na Câmara para tramitar em relação a como nós vamos enfrentar essa crise colocada para todos nós. A primeira questão que eu queria colocar é que o projeto, ele segue os mesmos princípios do governo federal e de algumas atividades privadas, como foi o caso dos bancos. A suspensão se faz necessária neste momento e com total liberdade para o prefeito, que ele, já por decreto, regulamente como ele vai fazer o parcelamento desses recursos que não serão pagos neste momento. Em parte, na verdade, o governo municipal já ofereceu, como é o caso do ISS, que é o tributo que o Município mais arrecada, já estão suspensos, não só pela diminuição da atividade, evidentemente que o Município já arrecada menos, mas também ampliou... (Problemas técnicos no som.) ...para 60 dias. O IPTU já teve uma grande arrecadação, e, neste momento, quem será mais prejudicado serão aqueles que parcelaram e que, se não estiverem em dia, se não estiverem em condições pós-calamidade, pós este processo que nós estamos vivendo... Eles precisarão de nome limpo, de ficha limpa para poder se credenciar a créditos disponíveis. É nesse sentido que nós estamos propondo a suspensão, haja vista que há uma suspensão da atividade por decreto, seguindo os princípios e dando liberdade ao prefeito para que já garanta a suspensão, mas que também já regulamente, através de decreto, o parcelamento desses tributos. Eu acho que é algo extremamente plausível, nós não estamos sendo inconsequentes sob o ponto de vista fiscal, pelo contrário, eu quero reforçar que o governo federal já garante os recursos para os repasses do Fundo de Participação dos Municípios, já garantiu recursos sob o ponto de vista da saúde, suplementando recursos para a saúde, está garantindo recursos que são direcionados para a educação através do Fundeb, e há tramitando no Congresso também algum outro tipo de suporte para os estados, necessário para que possamos enfrentar a crise. O que nós não podemos é deixar as pessoas em dívida ativa, haja vista que necessitarão de nome limpo para conquistar crédito. É por isso que eu estou propondo a suspensão, as atividades foram suspensas. E por isso eu fui contra a isenção, sob o ponto de vista da responsabilidade fiscal. O outro projeto que tramita, que eu aguardo por parte do governo, porque por parte dos fiscais da Receita teve todo o apoio, é o uso dos recursos de fundos que estão parados. Esses recursos que estão parados neste momento são fundamentais para que o prefeito tenha caixa, para suportar este momento de diminuição de arrecadação e de serviços essenciais. É isso que nós estamos propondo. É por isso que eu peço o entendimento dos vereadores, a proposta é baseada em muita responsabilidade. As minhas falas, vocês podem registrar, não são falas do tipo “olha, vamos simplesmente suspender”, não, é suspensão com responsabilidade, com poderes para o prefeito, para que ele possa parcelar essa não arrecadação neste momento, e que ele, posteriormente, através do outro projeto que já está para ser votado, já está na priorização, tenha a possibilidade de usar recursos que estão parados para o pagamento.

Enfim, o momento é difícil, é uma coisa que nós jamais vivenciamos, mas nós não podemos apenas pensar na responsabilidade fiscal, sem que nós possamos dar uma oportunidade de dar algum suporte para o setor produtivo da cidade e também para os contribuintes sob o ponto de vista físico, para os autônomos, para os que estão na informalidade, para os que estão desempregados terem algo que possa garantir. De certa forma, este projeto já está bastante contemplado, boa parte dele, por parte do governo municipal. Quem acompanhou, as medidas da Secretaria da Fazenda são essas. Já suspendeu o ISS, que é o grande tributo, que será, de certa forma, prorrogado por alguns meses. É esse apelo que eu faço aos vereadores, é altamente plausível nós aprovarmos e darmos isso ao prefeito. Não só a suspensão ao contribuinte, mas, sob o ponto de vista, já dar ao prefeito a oportunidade para que ele crie, através de uma regulamentação própria, através desse projeto, o parcelamento desses tributos.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 042/20.

**VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT):** Sr. Presidente, na realidade, é notário que nós estamos vivendo momentos nunca vividos antes, o mundo parou, e é um momento de sacrifício de todos: sacrifício dos empregados, dos trabalhadores, sacrifício dos empresários, que ganham dinheiro. Eu sou a favor de que os empresários ganhem muito dinheiro, porque eles geram empregos, eles geram impostos, eles geram divisas, está todo mundo no sacrifício. Este projeto é um projeto amplo, tem um bojo amplo, um guarda-chuva amplo, mas, enquanto os empresários estão fazendo grandes sacrifícios, uns até quebrando, quando os trabalhadores estão também no sacrifício, eu pergunto: qual o sacrifício que o Sr. Prefeito colocou ao poder público municipal? Quero lembrar ao Ver. Mauro Zacher, que repetiu várias vezes, que o ISS só foi suspenso para os autônomos, não foi para os microempresários, empresários. A Prefeitura não fez nenhum sacrifício até agora, tanto que no início, lá atrás, o prefeito mandou o DMAE cortar a água de quem não estivesse pagando, foi preciso a associação das donas de casa ir à Justiça para ganhar uma liminar, porque nem essa sensibilidade a Prefeitura teve. Então, eu penso: é um momento de sacrifício? É um momento de sacrifício, mas é um momento de sacrifício para todos. Vejam o governo federal: gostem ou não do Presidente Bolsonaro, gostem ou não do ministro Paulo Guedes, mas o governo federal está fazendo muito sacrifício, está abrindo o caixa, está ajudando, está abrindo mão de impostos, está pedalando, prorrogando. Olhem o governador Eduardo Leite, ele também tem sido sensível em alguns impostos; agora, a Prefeitura de Porto Alegre precisa ser sensível. Já que o prefeito não fala conosco, não fala com a Câmara, não presta contas... Eu nem sei para onde vão as cestas básicas que a Prefeitura dá. Eu só vejo fotografias nas redes sociais do pessoal da FASC entregando cestas básicas. Então, se nós não temos essa clareza, não temos esse tipo de informação, a Câmara precisa agir, e aí eu quero dizer que eu vou votar a favor deste projeto. Mexe no caixa lá? Mexe no caixa,

mas o governo federal está repassando todos os impostos, o retorno de impostos a que a Prefeitura tem direito e abrindo mão, inclusive, de dívidas. É preciso sacrifício de todos, Sr. Presidente Reginaldo Pujol, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, nosso diretor Luiz Afonso. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 042/20.

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB):** Bom dia a todos, eu vou numa linha parecida à dos colegas que me antecederam, o Ver. Mendes Ribeiro e o Ver. Cassiá Carpes, fazendo suas considerações e seus encaminhamentos referentes ao projeto. Primeiro, eu quero reforçar aos colegas vereadores que um projeto de lei não pode ser uma mera manifestação de vontade. Vontade de mudar uma situação todos nós temos, ainda mais num momento como nós estamos vivendo, não apenas em Porto Alegre, mas no mundo inteiro, mas a mera manifestação de vontade é impactada, diretamente, em primeiro lugar, pela legalidade, e aqui, em que pese a argumentação em contrário, há, sim, um vício de origem com relação a este projeto. Há uma inconstitucionalidade e também uma contrariedade à própria Lei de Responsabilidade Fiscal, a partir do momento em que, inclusive, se reduz a receita ao Município num momento em que nós já teremos uma queda de arrecadação brutal, onde o que se mais precisa, o poder público, neste momento, é manter os serviços básicos à população na área de saúde pública e outras, como coleta de lixo, iluminação pública, enfim, serviços do cotidiano da cidade, que, em hipótese alguma, podem ser paralisados neste momento, com o risco, inclusive, de piorar a situação que a gente já vivencia devido à pandemia. Eu vejo que é um momento de união de esforços, é um momento, sim, de a Câmara de Vereadores também fazer as suas proposições, fazer as cobranças necessárias, manter e firmar um posicionamento perante a sociedade, mas dentro da realidade e dentro da legalidade, não transformando projetos de lei numa mera manifestação de vontade como uma ferramenta de pressão em algo que não terá eficácia alguma, e, se tivesse, causaria ainda mais prejuízos à população de Porto Alegre. Esse é o nosso posicionamento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 042/20.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** A pergunta que alguns talvez possam se fazer é por que há tantos projetos tratando deste tema da pandemia e por que há tantos projetos que tratam da questão de taxas, tarifas, enfim. Primeiro, eu quero responder aos vereadores que dizem que tem um problema de constitucionalidade. Não

é verdadeiro isso. O Ver. Ricardo Gomes também, num outro projeto, que era claramente referido no tema da tributação, veio fazer coro a uma coisa que eu digo há muito tempo, mas ele agora comprovou, inclusive, com uma decisão do STF: a Câmara pode legislar, o poder público municipal pode legislar de forma concorrente na questão tributária. Portanto, não é verdadeiro que este projeto seja inconstitucional, como o anterior era constitucional. Dito isso, talvez eu não tivesse colocado o ITBI – falei isso com o Mauro, mas na hora não me dei conta –, podia ter feito uma emenda, mas também é uma resposta ao prefeito, que não abriu um canal de discussão conosco, absolutamente nenhum canal de discussão conosco! Podíamos estar discutindo uma suspensão por menos tempo, uma suspensão de alguns que tivessem uma influência “x” e que beneficiassem determinados setores, mas nada está sendo discutido, não tem canal de discussão com a Prefeitura Municipal. Agora nós somos tolhidos com uma posição do prefeito dizendo publicamente, porque ele tem espaço, ele paga publicidade, que as nossas emendas impositivas têm que ir para o coronavírus. Mas quem é que disse que não? Só que eu tenho emendas, por exemplo, na área da Cultura, que exatamente eu tinha me adiantado colocando que fizessem um gesto para isso, e o Mauro falou dos fundos. Os fundos, colocados da forma que o Mauro Zacher colocou, são a forma que o governo tem para resolver alguns dos problemas. A área da Cultura está uma tragédia, está tudo parado, e por que nós não usamos os fundos? Por que nós não pegamos as emendas que eu fiz para as feiras, para o... Eu coloquei todas nos programas do governo, e aí diz que as minhas emendas estão com problema de alocação técnica! Mas vão se catar! Vamos nos respeitar! Isso aí é uma falta de respeito com a Câmara, e nós estamos nos submetendo a isso! Vou votar favoravelmente a todos os projetos de suspensão. Votei contra o projeto de isenção, mas suspensão vou votar favoravelmente, e nós vamos entrar numa guerra com este governo! Este governo que não distribui a merenda escolar; tem merenda escolar, vão apodrecer nas escolas e não estão dando para as crianças que não têm alimentação nas escolas! Não querem suspender nenhuma tarifa, nenhuma taxa, nada! Este governo pede oposição mais contundente, mas alguns se dobram. Vocês me desculpem, mas não dá para continuar essa relação com este governo incompetente, inconstitucional, que está afrontando as pessoas mais pobres, as pessoas que precisam. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 042/20, pela oposição.

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** Cumprimentando o Presidente, cumprimento todos os vereadores e vereadoras; neste momento, este projeto apresentado pelo colega Mauro Zacher, e já justificado aqui pelo nosso membro da oposição na CCJ que tem a sua constitucionalidade, pois tem o mesmo teor, o mesmo conteúdo de projetos que já aprovamos nos últimos dias e que também foram analisados

pela CCJ... (Problemas técnicos no som.) Então essa matéria está vencida, e quero dizer que conseguimos dar sustentação à economia. Esta semana eu votei contra, nós votamos contra aquele projeto que propunha abrir as atividades não levando em conta as ações, as orientações da Organização Mundial da Saúde para continuar a quarentena. Como conseguimos dar sustentação e auxiliar na economia? O Ver. Mauro Zacher propõe aqui para as pequenas e médias empresas, entre outras, a suspensão... (Problemas técnicos no som.) Está meio ruim hoje o meu sistema. Eu dizia que o governo de Porto Alegre virou o ano com R\$ 586 milhões de superávit no caixa, depois disso teve todas as arrecadações do Município, continuam sendo feitos os repasses federais, e nós precisamos ter medidas locais também de suporte às pequena e média economias, e essas taxas que estão sendo impostas, que estão sendo propostas, a suspensão, isso é temporário, é durante a pandemia, é para passarmos por este momento difícil. Nós votaremos favoravelmente ao projeto, pedimos a análise, porque ele não implica a economia no sentido de quebrar a Prefeitura, ele traz esse... (Problemas técnicos no som.) ... temporário, que pode ser dada a sustentação, para que as empresas não quebrem e não entrem em inadimplência, porque nós sabemos que não basta ter crédito no banco, não pode estar com o título protestado, com impostos atrasados, essas negativas precisam ser tiradas para buscar esses financiamentos neste momento para pagar os seus funcionários, para continuar fazendo com que as empresas continuem em funcionamento. Eu finalizo a minha fala no mesmo tom. Quanto às emendas impositivas, o documento que o prefeito mandou à Câmara ontem é vergonhoso, porque tem muitos vereadores da oposição, como eu, como o Ver. Ricardo Gomes, que têm, por exemplo, emenda aprovada para comprar respiradores para os hospitais, assim como a metade dos recursos são todos para a saúde. Sr. Presidente, já aproveitando, não podemos deixar de aplicar uma atitude positiva da Câmara por um capricho do Sr. Prefeito Municipal de Porto Alegre. Eu concluo a minha fala dizendo que temos dezenas de fundos com recursos que estão parados – na Cultura, tem mais de R\$ 2 milhões parados, que podem ser investidos nesse segmento, por exemplo. Um grande abraço, muito obrigado. Nosso voto da oposição será favorável.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 042/20.

**VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Vereadores; de fato, existem, concordando com o vereador-autor, diferenças muito grandes entre o projeto que eu apresentei e o projeto do Ver. Mauro. Existem também, no bojo desta discussão, fica evidente agora, muitas incoerências de vários dos nobres colegas. A primeira diferença substancial de ambos é que o nosso projeto foi aprovado pela CCJ, e o projeto do Ver. Mauro Zacher foi rejeitado pela CCJ por razões técnicas apontadas em ambos os projetos, inclusive, no caso do nosso, que foi rejeitado pelos Srs. Vereadores, com jurisprudência anexada ao processo, diferentemente do processo

do Ver. Mauro Zacher, rejeitado pela CCJ. Também diferente a questão de que o nosso tinha um escopo determinado e um tempo determinado. O escopo era permitir que quem gera emprego, quem gera renda, quem recolhe impostos pudesse ter oxigênio suficiente para que, uma vez que nós saíssemos do processo da pandemia, pudéssemos resguardar aquilo que é mais importante, o emprego dos trabalhadores. De que forma se faria isso? Com renúncia fiscal sim, porque, como disseram alguns vereadores, o Município não fez nenhuma renúncia fiscal até o presente momento, e a renúncia fiscal é uma forma de fomento à atividade econômica, porque retira a taxação, a exação, retira do caixa da empresa recursos que, em momentos de crise, ela poderia utilizar, por exemplo, para pagar salário de funcionários e para se manter hígida. Ao invés de entregar para o Estado, naquele período de 40 ou 50 dias, ela permanece com esses recursos para manter os empregos. Os Srs. Vereadores compreenderam que não podia, que o Estado não podia abrir mão, que não podia fazer renúncia fiscal, então rejeitaram o projeto. Esse projeto, o que foi rejeitado, tinha prazo determinado: era enquanto perdurasse o ato de força da Prefeitura Municipal, qual seja, a proibição da atividade econômica. Agora os senhores querem, na verdade, fazer um que vai muito além: ele não só não determina qual é o escopo, que, no caso do nosso, eram as atividades econômicas, que é uma fração dos alvarás que existem na cidade, como estende para todos os impostos e estende, inclusive, para as taxas. Esse sim é uma prodigalidade, é um gasto que não tem sequer estimativa e que pode ter impacto absolutamente nefasto, que vai fazer com que, muito pior do que os argumentos utilizados por vários vereadores para estancarem o meu projeto, falem recursos para a Saúde e para a folha do pagamento dos funcionários. Essa história de que está simplesmente postergando é uma falácia, na verdade, porque a postergação representa que terá que ser retirado esse recurso do caixa dessas empresas. Volto a dizer que essa é a diferença fundamental entre os nossos projetos: enquanto o meu determinava que, no prazo específico do ato de força que veda a atividade econômica no Município, se eximisse de cobrar, esse continua mantendo a foice, continua mantendo a espada do Estado sobre a cabeça do empreendedor e continua determinando que, lá na frente, ele tem que fazer a perversa escolha de ter que demitir alguém, ou de ter que pagar os impostos, mantendo a situação muito ruim, que é de não haver nenhum tipo de renúncia fiscal e, portanto, não haver nenhum tipo de estímulo para que o empreendedor possa manter os seus empregos.

Eu, particularmente, por isso – a Ver.<sup>a</sup> Cláudia, evidentemente, pode exercer a sua liberdade constitucional de voto –, vou votar contrariamente ao projeto, porque esse sim é uma verdadeira irresponsabilidade fiscal.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Vereador Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 042/20.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Primeiro, eu quero deixar o meu abraço mais uma vez e dizer que não há, por parte da Prefeitura, nenhuma inviabilização para obter crédito para esses pequenos, médios e microempreendedores, portanto fica viabilizada a possibilidade de crédito. Por outro lado, o projeto em si é amplo, alcança praticamente todas as atividades de micros e pequenos, isso aí gera perda de receita do Município momentaneamente bastante elevada. Não ha repercussão financeira no projeto, portanto vou votar contra. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Boa tarde, Presidente, boa tarde colegas; de uma forma muito objetiva, eu quero dizer que considero meritória a preocupação do proponente do projeto, pois entendo que estamos vivendo um momento em que todos fomos atingidos pelas consequências da pandemia da Covid-19, não se restringindo às implicações em saúde, mas na economia como um todo. Do contribuinte individual ao grande empresário, todos foram atingidos de alguma forma, a grande maioria do comércio está fechada, não tem faturamento, fluxo de caixa, oxigênio para suportar seus compromissos. E aí eu pergunto: qual é o movimento, a contrapartida que o Município dá neste momento?

Por outro lado, eu aponto aos colegas que o governo federal enviou uma ajuda de R\$ 62 milhões para o Município, e aqui pego o projeto do Ver. Mauro Zacher – eu gosto muito dessa questão, talvez pela minha origem de jornalista, sobre interpretação de texto: em momento algum ele fala em extinguir; ele fala em suspender a cobrança de impostos, taxas e tarifas, sem acréscimo de juros e multas durante a pandemia da Covid-19, depois disso serão reajustados os prazos para pagamento. Desta forma, eu declaro aqui, além de cumprimentá-lo pelo projeto, pela preocupação do proponente com o momento em que estamos vivendo – aliás, eu tenho dito que não se resolve uma crise criando outra crise, que é o caso da economia –, que o meu voto será, sim, positivo ao projeto do Ver. Mauro Zacher.

(Não revisado pela oradora.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 042/20.

**VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB):** Eu quero, primeiramente, retomar a questão da análise deste projeto e do projeto do Ver. Valter Nagelstein na Comissão de Constituição e Justiça. Quero, mais uma vez, declarar publicamente, Ver. Mauro Zacher, que, apesar de V. Exa. ter colocado até em suspeição a decisão da CCJ... Eu fui parecerista do seu projeto, e o Ver. Ricardo Gomes, que, inclusive, apresentou



antes do meu parecer, porque sou presidente, fez o parecer do projeto do Ver. Valter e trouxe uma decisão do STF. Eu votei por último na avaliação do projeto do Ver. Valter Nagelstein, já tinha uma unanimidade de cinco votos favoráveis pela inexistência de óbice, e eu acabei acompanhando com restrições. Eu quero deixar isso muito bem claro, porque, para mim, é muito cara a questão da isonomia. Eu não tinha como, Ver. Mauro, rever, na mesma reunião, o parecer que havia exarado sobre o seu projeto, que eu dei pela inconstitucionalidade, pela existência de óbice. Faço essa referência, porque hoje, revisando o parecer em relação ao projeto do Ver. Valter, acho que realmente eles são bem semelhantes, e, como disse, a Comissão de Constituição e Justiça não é definitiva, ou seja, o que realmente define é o plenário, e eu vou votar no seu projeto da mesma forma que no mérito, independente da questão de constitucionalidade; eu votei em relação ao projeto do Ver. Valter Nagelstein pela rejeição do projeto, pela não aprovação, tendo em vista que, não tirando os méritos do que está sendo proposto, mas realmente não compreendo que a Câmara possa fazer, nesse tipo de proposição... Nós estamos aqui dizendo, a maioria está dizendo que o prefeito não apresenta os dados. Como é que nós vamos propor alguma solução que abra mão de alguma receita, mesmo que seja por um período específico, se nós não temos os dados, nós não sabemos o impacto que está sendo gerado?

Escutei na sessão anterior, não me recordo agora de quem, que nós deveríamos ter um projeto global de enfrentamento à pandemia que tratasse de todas as questões, que poderia ser, inclusive, de iniciativa do Executivo, em que os vereadores pudessem emendar em questões específicas. Vejo que nós enfrentaremos momentos de muita dificuldade, realmente diversos colegas estão dizendo que o governo federal garante o Fundo de Participação dos Municípios. Sim, todos nós sabemos que isso é um terço dos recursos que o Município tem no seu orçamento, outro terço é de impostos estaduais e o outro terço de receitas próprias. É impossível comparar a função dos governos federais na questão da pandemia pelo mundo inteiro, porque os governos federais podem emitir moeda, podem emitir títulos da dívida pública, ou seja, têm capacidade própria de financiamento, de geração de riquezas. Ver. Mauro Zacher, eu quero lhe pedir escusas não pelo voto que dei ou pelo parecer que fiz ao seu projeto na CCJ, porque estou convencido de que, realmente, ele tem dificuldade de óbice. Se tivesse que me desculpar de alguma coisa, me desculparia pelo voto que dei no outro projeto, que foi favorável. No mérito, encaminho pela bancada do PTB, pela rejeição, não tirando a boa intenção, realmente sei que a iniciativa que V. Exa. teve foi no sentido de socorrer quem está, neste momento, passando por essa dificuldade.

Veja bem, nós aprovamos, na segunda-feira, a retomada gradual das atividades, que é outro tema muito polêmico, muito difícil, muito complexo. Acho que a Câmara quis dar uma sinalização para a sociedade, ninguém quer que se abra correndo as atividades, mas a única forma de retomar a capacidade econômica no Município é a abertura gradativa, e tenho certeza de que todos os colegas têm essa intenção, logicamente com todo o rigorismo que é necessário para o atendimento principal, que é a defesa da vida. Muito obrigado. Eu encaminho contrário, voto “não” a esse projeto.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 042/20.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Eu queria partir do raciocínio e da premissa levantada pelo Ver. Cassio Trogildo, justamente para chegar à conclusão oposta em relação à indicação de voto correto dessa matéria. O Ver. Cassio, sendo aliado do prefeito Marchezan, sendo da base do governo, reconhece que o governo Marchezan não oferece para a Câmara dos Vereadores as informações necessárias acerca da gestão da administração financeira do Município. Não há transparência na administração em relação a esse ponto, nas palavras que foram usadas aqui por vários vereadores, de tal forma que a Câmara de Vereadores tem, evidentemente, uma debilidade para tomar decisões, porque o governo não oferece essa transparência. Agora, justamente por isso a Câmara tem a obrigação de atuar, tem a obrigação de se fazer ouvir, e se fazer ouvir respondendo aos interesses dos porto-alegrenses. A proposta do Ver. Mauro Zacher, como muito bem argumentou, é uma proposta que suspende o pagamento, não isenta o pagamento, medidas que até o Governo Municipal, em alguns casos, tem feito de um modo muito tímido, muito ainda insuficiente, mas tem feito. Essa medida estabelece uma suspensão mais clara que impede as pessoas de serem colocadas numa situação de devedoras, o que vai dificultar ainda mais o crédito, pois sabemos que nós vamos ter uma necessidade muito grande de crédito no próximo período. Então a proposta é meritória e ela estabelece o debate como deve ser feito, ela coloca o governo, se o governo julgar que não tem condições econômicas – discutir com a Câmara se realmente não tem as condições econômicas. Vários vereadores apontam a necessidade de se utilizar fundos do Município que não têm sido utilizados. Vários vereadores apontaram a necessidade de se rever contratos. Nós temos contratos, por exemplo, da dívida do Município com agências de fomento que não tem por que continuarem sendo pagos numa situação desse tipo. Então, é uma proposta emergencial, uma proposta correta, uma proposta que preserva empresas, preserva empregos e preserva também a capacidade de pagamento da sociedade porque preserva crédito.

Nós temos um debate no País, infelizmente feito a partir desta pandemia, sobre o tal de déficit. É verdade que o Município não pode emitir moeda, não pode emitir título, mas o Município tem, sim, possibilidade de se endividar, o Município tem essa prerrogativa de fazer dívida e, ao estar em uma situação de emergência, também tem a possibilidade de suspender o pagamento da dívida para poder garantir as medidas emergenciais que a cidade necessita. Tem um debate que eu acho importante que, até antes da pandemia, era um tabu o déficit público; esse tabu do déficit público foi muito relativizado agora, tanto que o Brasil vai aumentar em, praticamente, 20% a dívida pública em relação ao PIB, porque se demonstrou que existe dinheiro, o problema é que não é utilizado. Agora está sendo utilizado, tanto que nós temos, por parte da Câmara Federal – foi o Congresso Nacional que votou – a renda básica de R\$ 600,00 por três meses, que é uma medida elementar para evitar uma explosão social na sociedade brasileira, isso numa situação de miséria muito grande do nosso povo. Antes não se

podia fazer dívida, só se podia pagar a dívida para os credores, aos bancos e aos especuladores; agora, felizmente, esse tabu de que não se pode nunca aumentar a dívida pública está sendo quebrado.

Eu creio que essas medidas aqui em Porto Alegre devem ajudar no sentido de forçar um debate nacional de que é preciso, sim, se for o caso, ter déficit público, desde que esse déficit público seja utilizado para aquecer a economia, aquecer a indústria, aquecer a capacidade da população de consumir, de ter renda e, portanto, de alavancar o emprego; alavancando o emprego, ter capacidade da produção se desenvolver. A produção se desenvolvendo é a forma de reduzir o déficit público na relação com o PIB, porque tendo produção interna bruta cada vez menor, evidentemente que a proporção da dívida em relação ao PIB vai sempre ser maior, porque o PIB nosso tem sido decrescente. Infelizmente, nós não temos medidas de incentivo à economia.

Eu acho que o debate que o Ver. Mauro Zacher está propondo é um debate que ajuda, por um lado, as empresas e os empregos e, ao mesmo tempo, ajuda a estabelecer um debate mais correto sobre os rumos da política econômica nacional e, portanto, coloca a Prefeitura de Porto Alegre, se ela quiser adotar as medidas certas, numa linha de vanguarda e de uma nova reformulação política nacional. Eu voto favorável à proposta do Ver. Mauro Zacher.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 042/20.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Bom, eu queria dizer que acabei de aprovar um projeto que joga para o final da pandemia a questão das taxas dos taxistas em Porto Alegre, taxistas que já tiveram um prejuízo de 90% no seu salário, e agradeço aos vereadores que votaram.

Sobre este projeto do Ver. Mauro Zacher, eu quero manter a coerência que eu tive referente ao projeto do Ver. Valter Nagelstein. O Ver. Idenir Cecchim deu um exemplo, fala até em ITBI, mas a pessoa que está comprando um imóvel agora, independente do valor, no momento em que todos estão se resguardando, a economia está resguardada. Nós votamos, nesta semana, um projeto que determina gradativamente a abertura, sinalizando para a cidade de Porto Alegre que nós temos que nos preparar para esta abertura; não quer dizer que vai ser a semana que vem, não quer dizer que vai ser na primeira quinzena de maio, não quer dizer que vai ser no final de maio, no início de junho, não quer dizer que vai ser amanhã, mas se preparando que nós temos que melhorar a economia. Agora, eu tenho dito desde o início, nós não estamos falando de jogar lá para frente R\$ 350 mil no máximo, nós estamos falando de, no mínimo, milhões. Num cálculo rápido que foi feito, somente o projeto do Ver. Valter dava em torno de R\$ 54 milhões, e este projeto do Ver. Mauro Zacher eu acredito que vai muito mais além disso. E vários vereadores já falaram da questão das cestas básicas, da merenda escolar, de várias coisas que a população vem exigindo do Município.

Então nós encaminhamos para a votação contrária a este projeto mantendo a coerência de como votamos no projeto do Ver. Valter Nagelstein e outros projetos que engessam muito a questão da arrecadação do Município. Não podemos usar a União como referência, a União fica com 62% de qualquer imposto, taxa ou tributos arrecadados nos municípios, nos estados. A União tem em suas mãos a empresa que mais arrecada no mundo, que é o INSS. Tudo que se faz neste País se paga INSS, até sobre o salário tem imposto de renda e INSS, sem falar a carga tributária. Então é desonesto nós compararmos o Município com a União. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 042/20.

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Bom dia aos colegas. Eu queria reforçar alguns argumentos que os colegas trouxeram, especialmente alguns argumentos que o Ver. Cassio trouxe sobre a questão de constitucionalidade e da devida apreciação desta matéria, e algumas reflexões que eu fiz sobre este projeto do Ver. Mauro Zacher. Eu entendo que, tanto este projeto quanto outros que nós temos votado, a exemplo a do Ver. Janta, recém aprovado, que eu votei a favor também, eles têm um sintoma muito latente que é a falta de informações por parte da Prefeitura em municiar a própria Câmara de qual é seu status com relação à arrecadação própria, qual é o seu comprometimento derivado das próprias medidas restritivas que ela tem adotado, isso torna o nosso trabalho muito mais difícil, especialmente de fiscalização, e me incomoda a Prefeitura fazer uma avaliação e crítica a vários projetos que os vereadores têm feito sem lhes dar condições de efetivamente construírem, de uma maneira mais embasada, os seus projetos, porque ela não divide muito essas informações que são relevantes. Eu entendo que este projeto do Ver. Mauro Zacher, muito embora eu possa discorrer sobre o mérito dele e concordar sobre diversos dos pontos colocados, coloca em risco, até pelos motivos que o Ver. Cassio colocou – eu gostei muito da fala do Ver. Cassio, da ponderação feita por ele –, parte daquela arrecadação que é fundamental para que a gente possa custear, inclusive, nos serviços de saúde no enfrentamento da pandemia. Eu não tiro o mérito do próprio Ver. Mauro de propor este projeto, uma vez que não foi disponibilizado pela própria Prefeitura as informações que permitisse a ele ajustar o seu próprio projeto de maneira a deixar mais alinhado, mais ajustado com a realidade.

Então, dada essa minha interpretação, eu vou votar não ao projeto, mas eu acho prudente que todos nós entendamos, especialmente o governo municipal, de que está latente essa dificuldade, esse problema, o desdém com que a Prefeitura tem tratado muitas informações relevantes, que a Câmara possa fazer o seu trabalho de maneira mais atinente com a realidade dos fatos e também possa fazer a fiscalização devida que lhe é de direito. Nós somos um poder independente, constituído, que tem o dever de ajudar nesta gestão do Município e nós temos um grande prejuízo da nossa atuação em decorrência da falta de informações, razão pela qual também agradeço a todos os

vereadores que votaram a favor do nosso projeto de flexibilização das atividades econômicas, não pela questão da flexibilização somente – das quatro atividades adicionadas, as duas de emendas –, mas porque continha nele um artigo muito claro de transparência, de boletins semanais com dados muito relevantes para que os vereadores possam exercer o seu papel. Isso está faltando.

Espero que a Prefeitura possa rever muito dessas informações, muito dessa postura, acredito que, desde o início da pandemia, termos falado com o Prefeito durante 15 minutos em uma reunião e ele não ter ficado nem para perguntas é também uma evidência, um sintoma desse problema. Tivemos poucas reuniões em que pudéssemos interagir com profissionais do Executivo, e a gente viu, pelo número de perguntas, sugestões, enfim, que existe um grande espaço e intenção de colaboração por parte dos vereadores, da Câmara Municipal, mas que está sendo prejudicado por esta falta de informações como a própria informação de comprometimento de arrecadação própria, de previsibilidade de ações relativas ao próprio enfrentamento e os resultados que estão se colhendo devido às ações optadas, adotadas para a avaliação do seu custo/benefício, da sua efetividade e de tantas outras coisas. Fica aqui o meu registro e agradeço a atenção de todos.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. José Freitas está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 042/20.

**VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP):** Bom dia, Presidente, bom dia, colegas vereadores. Não queremos aqui tirar o mérito, Ver. Mauro Zacher, do teu projeto, ele é meritório, porém, se nós aprovarmos, nós vamos dar um tiro no próprio pé. Encaminho aqui pelo Republicanos, eu e o Ver. Alvoní Medina. O detalhe é que nós não temos dados, não temos números, não sabemos quanto que vai nesse pacote todo aí de suspensão, qual é esse número. Então poderá faltar em muitas pontas, como já foi falado. A minha vontade, a nossa vontade é votar favoravelmente, até porque nós não temos um diálogo como deveríamos ter como o governo, não existe transparência. E, por falar em transparência, vou propor, como presidente da COSMAM, transparência em relação aos valores que o governo está recebendo do governo federal e até da Câmara Federal. Para onde estão indo esses sessenta e poucos milhões de reais? Vai chegar com o valor da Câmara, vai chegar a quase R\$ 100 milhões. Então eu vou exigir transparência, é nosso dever como vereador; se os meus colegas da COSMAM não quiserem me acompanhar, eu vou fazer, como vereador, essa solicitação de transparência desses valores que estão entrando no Município. Não temos dados, não temos valores, quanto vai sair isso; essa suspensão, na verdade, quanto vai ser em valores, em reais. Então, eu acredito que, se votarmos favoravelmente, estaremos dando um tiro no pé, é um voto no escuro. E, na verdade, se passar o projeto, a gente sabe que ali na frente, ele mesmo irá vetar, o governo, o prefeito irá vetar, como é de costume, porque não tem diálogo, não tem transparência, não tem nada! Então, repito, mesmo

tendo mérito, Ver. Mauro Zacher, encaminhado pelo Republicanos contrariamente a este projeto. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 042/20.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL):** Apesar de eu não ter almoçado, boa tarde aos vereadores. Em primeiro lugar acho que todo projeto é bom às vezes para o debate, mas este projeto é totalmente... O Ver. Mauro Zacher sabe disso, faz um debate como um vereador de oposição, e os vereadores de oposição fazem seu papel cobrando do governo – já fui de oposição, sei como isso funciona, totalmente. Este projeto é totalmente inconstitucional, não vou ficar nominando aqui a quantidade de inconstitucionalidades que ele tem. E não seria pelo caso de o prefeito vetar ou não, porque, se os vereadores aprovarem, pode vetar que eles podem derrubar o veto, mas ele juridicamente não para em pé. Agora, para fazer o discurso ele é bom. Eu gostaria de saber como o Município sobreviveria se ele não cobrasse nenhum tipo de imposto, ser totalmente liberal na cobrança de impostos. Esse seria um mundo perfeito, não se cobra imposto de ninguém e se doa tudo para todo mundo, porque a Câmara de Vereadores, todo dia apresentando um conjunto de projetos em que deixe de cobrar, não se querendo receita, todo dia ser apresentados projetos aqui, Ver. Cassiá, para diminuir a receita do Município, deixar de cobrar isso, deixar de cobrar aquilo, libera isso, não cobra IPTU, não cobra ISS, não cobra o ITBI, não cobra coleta de lixo, não cobra água, não cobra de ninguém, como se todas as pessoas estivessem passando fome, e no mesmo momento apresenta o projeto, tem que doar, tem que dar, tem que aumentar, tem que fazer hospital de companhia, tem que encampar o Belém Novo. Eu só não consigo entender: se não tiver receita, como tu aumentas a despesa e diminuis a receita, como a conta fecha, como se tu fosses pegar a máquina lá e fazer dinheiro para pagar todas as despesas do Município? Esse mundo, acho que não é possível – seria muito bom se fosse possível. O projeto, como muito bem foi dito por vários vereadores, não tenho os valores aqui de quanto se deixaria de arrecadar em dois meses, de todas as arrecadações – IPTU, ITBI e ISS são os principais, são os impostos que o Município tem autonomia de cobrar, são 100% para o Município, então abriria mão de todos eles –, não consigo entender como isso ficaria. Também não consigo entender algumas perguntas dos vereadores; até entendo, mas não se justifica: “Ah, falta transparência, não tem transparência, o governo não informa”. A Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR tem reuniões periódicas com a Secretaria da Fazenda, em que é explicada a situação do Município; são quadrimestrais, a cada quatro meses, se não me falha a memória, uma reunião da CEFOR com o Município. Eu já me coloquei à disposição em uma outra reunião da Câmara, falei para o Presidente Pujol que a Prefeitura estava disposta a mandar um secretário todas semanas. Até agora, nenhum dos vereadores me requereu que o secretário da Fazenda fosse até a Câmara para

explicar a situação do Município. Reclama que não tem, mas ninguém pede. Foi pedido algum documento, algum desses vereadores deixou de receber algum pedido de informações? Olha, eu estou à disposição; se tem algum documento, alguma informação que os vereadores desejam, estamos à disposição. Agora, eu não consigo entender os vereadores que são da oposição quererem reunião com o prefeito todo dia, querem ir lá conversar com o prefeito, dizem que o prefeito não os atende, não conversa com eles. É só pedir. Há várias metodologias para pedir informação, tem o Portal Transparência, tem o sistema de pedido de informação, e os vereadores podem fazer isso sem problema nenhum. Vamos atender dentro da legislação existente. Agora, ficar dizendo que gostaria de mais transparência, que quer saber o que está acontecendo... O secretário da saúde esteve em uma reunião com os vereadores e os esclareceu. Se tiver alguma dúvida, podemos pedir para ele voltar. Se tem algum documento que o vereador deseja é só pedir; agora não dá para ficar o mesmo discurso todas as vezes. Passamos quatro, cinco, seis horas discutindo para votar projetos para dar discurso político. Está todo mundo vendo isso, já está sendo noticiado que os vereadores estão tentando buscar uma notoriedade que nem faz parte, assuntos que nem deveriam ser, que não são do Executivo, projetos de lei, como o próprio Cassiá disse, que não é o momento de serem votados hoje, projetos que não são da alçada do Município, que são só para buscar uma notoriedade, para os vereadores dizerem que estão participando. Vamos discutir e fazer o que é da nossa parte; agora. Ver. Mauro Zacher, com todo respeito, é um projeto de oposição, em que alguém quer dar um discurso político. Vamos ficar discursando aqui a manhã inteira sobre um projeto totalmente inconstitucional que é impossível de ser cumprido.

Então vou votar “não”, e espero que os vereadores que têm um pouco de consciência também votem “não”. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação nominal o PLL nº 042/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADO** por 14 votos **SIM** e 18 votos **NÃO**.

### **VOTAÇÃO NOMINAL**

**(encaminhamento: autor e bancadas/03 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0104/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 045/20**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Mônica Leal, que cria o Programa de Auxílio ao Enfrentamento da crise do Covid-19 no Município de Porto Alegre. (SEI 038.00085/2020-51)

**Parecer:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e das Emendas nºs 01 e 02.

**Observações:**

- com Emendas nºs 01 e 02;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 113 da LOM;
- votação nominal conforme o art. 2º, VIII, *d*, da Resolução nº 2.582/20;
- incluído na Ordem do Dia em 30-04-20, conforme a Resolução nº 2.582/20.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação PLL nº 045/20. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Obrigada, Presidente. Eu quero explicar que o objetivo deste projeto é instituir um programa para contribuir no enfrentamento desta pandemia, motivando a criação de núcleos, onde possam desenvolver atividades voltadas à arrecadação de cestas básicas, alimentos em geral, medicamentos, materiais de higiene e pessoal, e outras necessidades que o momento requer. Claro que estou sob a supervisão das normas sanitárias e municipais, a suspensão também de crédito tributário por prazo determinado. Eu vou explicar de uma forma simples: na cidade de São Paulo, o Hospital Sírio-Libanês fez uma parceria para que os espaços públicos, as escolas oferecessem e contribuíssem com o seu trabalho, a sua mão de obra nesse combate ao enfrentamento da pandemia, como, por exemplo, confecções de máscaras, álcool gel, cestas básicas. Com isso, essas instituições públicas teriam isenção fiscal enquanto perdurasse a crise da pandemia, que seria por 90 dias. Em São Paulo, deu tão certo que a comunidade arrecadou R\$ 4 milhões com a ajuda desses parceiros da educação, oferecendo esses espaços.

Então, eu trago aqui, em forma de projeto, uma ideia que seria a criação de núcleos de assistência e orientação coordenados por entidades e organizações da sociedade civil em espaços das comunidades, como as escolas públicas e centros comunitários. Ficaria concedida a suspensão dos créditos tributários, de impostos municipais, pelo prazo de 90 dias, às entidades devidamente licenciadas que aderissem ao programa. É um projeto extremamente importante que vem atender justamente às comunidades mais afetadas pela pandemia, tanto na parte da saúde, como na parte da economia. Eu solicito aos vereadores, meus colegas, que votem a favor, dessa forma estarão votando justamente nas comunidades mais afetadas que precisam neste momento da ajuda de parceiros, não só do poder público, mas também de grandes parceiros, que, se nós déssemos o incentivo, aumentaria de forma bem expressiva.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 045/20.



**VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL):** Sr. Presidente, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, sei do mérito e da boa vontade da vereadora em querer auxiliar com uma boa ideia, o mérito do projeto é importante, mas ele interfere na gestão municipal. As suas ideias já foram levadas aos secretários, mas as secretarias estão se reunindo, eu mesmo participei de algumas reuniões de secretários, hoje se está discutindo a melhor forma do combate a toda esta situação, principalmente aqueles mais vulneráveis. O governo também deve enviar um projeto de lei nos próximos dias a respeito da criação de um fundo para que possam ser arrecadados recursos para esse combate, neste momento de crise, de pandemia.

Então as suas ideias serão utilizadas, aquelas que, por ventura, se forem, a secretaria, a FASC as pessoas ligadas ao tema... Mas não podemos criar uma lei que diga ao Município o que tem a fazer. Então, o projeto é inconstitucional, as ideias podem ser boas, mas elas dependem de uma série de outros fatos que o Município está tomando as decisões e, dentro das suas prerrogativas de gestor, estão sendo tomadas. Então, votarei contrário ao projeto.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 045/20.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Vereadores e vereadoras, já disse a grande Hannah Arendt que o poder nunca é propriedade de um indivíduo, pertence a um grupo e existe somente enquanto o grupo se conservar unido – esse é um recado para o prefeito municipal, pois ele está tendo uma postura totalitária. Se dependesse do prefeito municipal, ele faria como se fez na ditadura militar, fecharia, porque ele governa por decreto. Ele diz que seu decreto é constitucional; agora, uma lei da Câmara Municipal não é constitucional. Então, não dá para trabalhar com esta situação: nós não somos escravos da Prefeitura, muito menos escravos do prefeito de plantão. Nós não queremos nos submeter ao tacão do prefeito municipal! O que a Ver.<sup>a</sup> Mônica propõe é correto. Nós queremos, sim, participar e a Câmara tem poderes de participação, como inclusive sobre a questão legislativa na área tributária, já foi demonstrado sobejamente aqui. Então, nós estamos vendo que o que nós propusemos sobre a entrega da merenda escolar... Já disse anteriormente, escolas como a Escola Presidente Vargas e a Escola Pepita de Leão, entre outras da Zona Norte, têm merenda escolar dentro da escola, as crianças não estão indo por razões múltiplas, mas têm necessidades, são comunidades pobres, inclusive a Escola Presidente Vargas fica na Zona Norte, no Passo das Pedras; todo mundo sabe o grau de miserabilidade que é o Passo das Pedras, e nada é feito.

Nós já derrotamos o prefeito na questão do corte unilateral que fez do convênio com as creches comunitárias, as entidades sociais, e nós não vamos sucumbir diante desse papo que o prefeito vai... O líder Mauro Pinheiro alardeou aos quatro ventos esta semana, em todas as redes possíveis imagináveis de que vai ter um cartão. Que cartão, Mauro? Por que o prefeito não discute isso conosco? Vai mandar um

projeto. O prefeito só quer o seguinte: o projeto tem urgência, urgência. Qual é o canal que nós temos com a Câmara de Vereadores? Quem pediu reunião? O que adianta eu pedir reunião com o prefeito, se o prefeito não abre a agenda? Que história é essa? Que cretinice! É a verdadeira cretinice parlamentar, jogo de cena! As pessoas estão cansadas de jogo de cena, nós queremos ação. Falam que a Câmara não está trabalhando – nós estamos trabalhando, nós estamos fazendo mil e uma coisas. A FASC não cumpre o seu papel, as entidades sociais estão cumprindo o seu papel, aí tem que gente que instiga na internet: “Por que vocês não dão os seus salários?” Gente, eu não faço proselitismo eleitoral, não fico dando cesta, dando dinheiro, etc. e tal e tirando fotinhos. Há funções que são do Estado, que são da Prefeitura, que têm que ser feitas. Os vereadores que quiserem fazer, eu faço do meu jeito, como eu sempre fiz, por isso que eu tenho apoio popular, e não preciso de nenhum outro meio para fazer politicagem, mas a Prefeitura faz politicagem em cima da desgraça, da pobreza. É isso.

Por isso, acompanhamos o projeto da Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, vamos votar favoravelmente.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 045/20.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Boa tarde. Na verdade, como disse a Ver.<sup>a</sup> Mônica, em São Paulo vários parceiros estão trabalhando. Aqui também, no Rio Grande do Sul, principalmente em Porto Alegre, nós temos muitas pessoas trabalhando em parceria, muitas empresas trabalhando em parceria e fazendo a sua parte. Porém, solicitamos locais de acolhimento, e não fomos atendidos, principalmente para moradores de rua, que é uma necessidade que nós sabemos que é muito importante, e nada foi feito. Pias estão sendo instaladas e a Prefeitura determina que o DMAE não tem que abastecer essas pias. Então, nós estamos fazendo a nossa parte, sim; nós estamos buscando alternativas, sim, mas nós estamos tendo a contrapartida para tudo isso.

Acho que o projeto da vereadora pondera isso, ele trabalha em prol das comunidades mais necessitadas e, neste momento, é a parte mais importante para mim. Todos os projetos que sejam para atender a população mais vulnerável, que sejam para atender as pequenas empresas e todos aqueles que precisam manter esta cidade, eu vou ser favorável, sim, independente de quem seja o proponente da proposta. Eu vou votar a favor do projeto da Ver.<sup>a</sup> Mônica e em todos aqueles que venham ao encontro de uma solução para as pessoas mais necessitadas.

(Não revisado pela oradora.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 045/20.

**VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP):** Este projeto da Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal é realmente uma resposta à omissão do senhor prefeito, pelas atitudes imperiais do Sr. Prefeito. Na verdade, ele está se lixando para a Câmara. Ele nunca convidou as lideranças da Câmara para uma reunião para discutir efetivamente, para ter um diálogo com os representantes da sociedade, que é a Câmara de Vereadores, para enfrentar essa situação extremamente delicada que Porto Alegre se encontra. Parabéns, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, o seu projeto suprime a omissão do senhor prefeito. Parabéns também à manifestação do Ver. Adeli Sell, que traduz realmente a situação que a Câmara de Vereadores vive hoje em Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. Eng.<sup>o</sup> Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 045/20.

**VEREADOR ENG.<sup>o</sup> COMASSETTO (PT):** Obrigado, Presidente. Agradeço ao Ver. Aldacir Oliboni pela cedência do tempo, em nome da oposição. Quero aproveitar aqui a proposta da Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, é uma proposta que vem ao encontro das necessidades do momento. Eu não entendo, realmente não entendo por que o Executivo Municipal – e o colega Mauro Pinheiro tenta fazer o papel de testa de ferro do prefeito – não aceita sugestões do Legislativo Municipal. Pandemia, Ver. Mauro Pinheiro, não tem oposição e situação; pandemia tem solução, pandemia tem proteção, pandemia tem acolhimento, pandemia tem solidariedade, pandemia tem estrutura de saúde adequada, pandemia deve ter uma unidade nossa. Há poucos dias, nós, da oposição, votamos com o Ver. Mauro Pinheiro e com o prefeito Marchezan, porque entendíamos que o projeto era justo. Então, você não pode tratar qualquer projeto que não seja da pequena parcela de vereadores, que é de uma panelinha do prefeito, como se fosse algo que viesse a agredir, não. A Prefeitura não tem transparência, todos os colegas estão dizendo que o prefeito não responde a pedido de informações, o prefeito não acolhe sugestões. Aí, eu aproveito para perguntar ao Mauro Pinheiro, que fez uma postagem na distribuição de cestas básicas junto com a secretária da FASC: quais os critérios que estão sendo feitos para acolher as famílias que terão direito a cesta básica? Onde estão sendo distribuídas? Para quem está sendo distribuída? A periferia está abandonada, as estruturas da rede municipal que existem, da FASC, da Secretaria da Saúde, estão desestruturadas, estão sem condições de dar acolhimento. Ver. Mauro Pinheiro, os 4.5 mil moradores de rua onde estão sendo acolhidos? Onde estão tomando banho? Onde estão recebendo alimentação? Isso precisa ser respondido não para mim, precisa ser respondido para a cidade. A cidade criou uma rede de solidariedade, e o projeto da Ver.<sup>a</sup> Mônica propõe ajudar a qualificar, que se utilize essas estruturas existentes, entre outras, para verificar quantas escolas municipais têm cozinhas que poderão ser utilizadas pelas próprias comunidades, com uma estrutura de proteção, aproveitando os alimentos, que o Ver. Adeli relatou que estão apodrecendo dentro das escolas, entre outras coisas, e atender cada um em cada região – tem que ser

descentralizado, tem que ter uma rede de solidariedade. É um projeto que apresenta uma sugestão, que a Câmara tem esse direito e obrigação. Se o prefeito quiser vetar, vete, com as justificativas que convençam, e não simplesmente porque vem de alguém que gosta ou que não gosta ou como acontece com muitos, antes de votar, que perguntam de quem é a autoria: se é da base, vou votar a favor; se não é da base, votar contra. Não pode ser assim, não pode ser assim. Os projetos têm que ser olhados se realmente contribuem para a cidade. Depois dessa pandemia, a sociedade não poderá ser a mesma, se nós não aproveitarmos para resgatar os princípios humanitários, não estaremos aprendendo a lição que o mundo está nos dando, que a natureza está nos dando. Votaremos favorável ao projeto da Ver.<sup>a</sup> Mônica, assim como temos votado favorável a muitos projetos. Muito obrigado, colegas vereadores e vereadoras.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 045/20.

**VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT):** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, vocês conhecem aquela história do espaço que está vago: se ninguém ocupou, vem alguém e ocupa. Então, a Ver.<sup>a</sup> Mônica veio com esse projeto e ocupou o espaço que está vago, que seria o espaço do Sr. Prefeito do Município, que não fez e não faz. Já se falou aí nessa interface com a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, tanto que é verdade, e eu já conversei com vários vereadores isso aí, que todos os projetos de quem não é da base, o prefeito Marchezan manda o seu o seu advogado lá, que eu não vou dizer o nome, porque foi ele quem me contou: “Olha, esse aí tem vício de origem” – todos têm que ter vício de origem, mas muitos não têm vício de origem. Tem projeto com vício de origem? Tem, mas muitos projetos não têm vício de origem. Exatamente o que ele fez agora. Ontem, nós recebemos o relatório das emendas impositivas para a saúde, eu tenho três emendas, duas para a Santa Casa e uma para a Clínica Esperança, que atende crianças com AIDS. A explicação é a seguinte: plano de trabalho incompleto. Mas a Santa Casa mandaria um plano de trabalho incompleto? Então, esse projeto de parceria que a ver.<sup>a</sup> Monica está propondo é adequado para o momento.

Ao líder do governo, Ver. Mauro: o senhor sabe que não é retórica de minha parte nem discurso político, eu te respeito e somos amigos, somos próximos; agora, V. Exa. não pode vir aí e fazer o discurso que V. Exa. fez, porque eu o conheço do PT, o conheço da Rede, agora o conheço do PL e no ano que vem não sei qual é o partido que o senhor vai estar, mas, para mim, o senhor continua sendo o mesmo. Esse discurso que o senhor faz, acusando os seus colegas de fazerem projeto para ter notoriedade, quero dizer para V. Exa. que, para mim, o chapéu não serve. Eu não tenho procuração dos outros companheiros e colegas, mas eu faço a defesa, o vereador tem direito de fazer o projeto que ele quiser fazer. Eu, por exemplo, sou favorável que as academias abram, que tenham dois, três, quatro alunos por aula, que tenham aqueles protocolos,

precaução, eu poderia fazer um projeto apresentando, mas não faço isso, não faço isso porque, de minha parte seria, demagogia, agora os vereadores estão querendo apresentar soluções, ideias, e não se tem respaldo nenhum por parte da Prefeitura de Porto Alegre. O senhor disse uma frase muito infeliz, muito infeliz, me desculpa; o senhor disse: “Esse pessoal da oposição, é oposição e quer se encontrar com o prefeito!” Mas qual é o problema? O prefeito é de Porto Alegre ou dos vereadores que o apoiam? Quantas vezes nós já votamos projetos favoráveis à Prefeitura de Porto Alegre, quantas vezes já votamos vários projetos? Então, Ver. Mauro, como eu digo sempre, nós temos dois códigos de ética, um escrito e um código entre nós. V. Exa., como líder, tem que ter mais consideração com os seus companheiros. Tem duas coisas que não voltam, Ver. Mauro, a palavra e a flecha. O senhor tem que construir, não atacar os seus companheiros, ou será que a convivência com esse desequilibrado emocional que administra Porto Alegre está transformando o senhor nisso? Calma, calma, tranquilidade, serenidade que o senhor é um grande parlamentar, um grande homem, um grande amigo, um grande pai, um grande colega. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 045/20.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Obrigado, Presidente. Eu escutei atentamente a quase todos os vereadores, os seus argumentos, é notório que todos querem participar para ajudar, mas eu vejo, por exemplo, que quem não concorda com a maneira de administrar do atual prefeito, vai lançar um candidato – é o caso do MDB, vai lançar o Sebastião Melo, o Valter Nagelstein será candidato, a Ver.<sup>a</sup> Nádia será candidata, e tantos outros –, aí sim, poderão ser do Executivo. Nós temos todo o direito de fazer perguntas, questionamentos, exigências, mas temos um limite, e o prefeito tem as prerrogativas, o Executivo tem as prerrogativas. Eu acho que ele as usa, muitas vezes, com certo exagero, mas em época de pandemia, se ele for reunir os vereadores lá na casa do João Bosco, que faz um churrasco maravilhoso, que, aliás, esqueceu este ano, mas é muito bom, se ele quiser essa reunião para entender o que vai acontecer, a pandemia já passou. Nós todos temos o direito de questionar. O projeto da Mônica é de bom senso, ela quer ajudar, eu entendo, minha querida amiga não faria isso para afrontar ou para desrespeitar a constitucionalidade, mas eu acho que nós estamos pecando um pouco, fazendo projetos que, muitos deles, já estão sendo executados pelo Executivo. Eu acho que nós temos que dar uma olhadinha e dar uma balizada ou uma equilibrada no exigir e no tentar fazer, e fazer aquilo que é da nossa competência, e exigir e pedir aquilo que é da competência do prefeito, mas muitas vezes não é através de projeto de lei, porque o projeto de lei demora muito mais para entrar em vigor do que um decreto construído com o prefeito, com o Executivo e com a oposição – por que não? –, e fazer isso em época de pandemia, que seja com muita propriedade: quem faz, quem precisa fiscalizar, que somos nós, e cada um na sua seara. De tudo o que foi dito

aqui, não tiro a razão de nenhum dos meus colegas parlamentares, cada um tem o direito de *jus sperniandi*, como dizem os advogados brilhantes que nós temos aí na bancada, mas eu tenho que entender também que muitas dessas tarefas são do Executivo, através de decretos ou através de atitudes, mas muitos deles não cabem a nós. Nós temos o direito de fazer isso que a maioria está fazendo, exigir, pedir explicações, transparência, isso tudo faz parte do Legislativo, mas eu quero ficar aqui, na parte que cabe a nós, o Legislativo; e o Executivo que cumpra a sua parte. O Ver. Adeli, por exemplo, é um bom candidato para ser prefeito e começar, no ano que vem, a fazer do jeito dele e a fazer uma administração com primeiro ministro, na Câmara de Vereadores. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 045/20.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Boa tarde a todos e todas, encaminho, enquanto bancada do PSOL, favoravelmente, visto ser uma medida emergencial para enfrentarmos a crise, visto que há uma demora – inclusive proposital, sob o meu ponto de vista – da Prefeitura, assim como da Fundação de Assistência Social de Porto Alegre, em dar respostas a essa questão necessária das cestas básicas e de um atendimento mais qualificado para a população empobrecida neste momento de crise econômica que a gente enfrenta por essa questão da pandemia da Covid-19. Eu coloco que é um furo proposital por parte do governo Marchezan, porque a gente sabe que antes mesmo da pandemia já existiam diversas iniciativas para acabar com a assistência social pública aqui na cidade de Porto Alegre. Toda essa lógica de parcerização, desse tipo de contrato precário em que o trabalhador não tem os mesmos direitos que os servidores públicos, essa lógica da filantropia, de vincular todo o tipo de igreja de matriz judaico-cristã para oferecer assistência social às comunidades mais carentes, toda essa vinculação do estado e essa política, a gente tem que entender que há um direcionamento político por parte da gestão do Marchezan em fazer com que a FASC esteja completamente paralisada no meio dessa pandemia. Digo isso porque faz mais de um mês que eu fiz um pedido de informações para a FASC em relação a um dinheiro do fundo da assistência social que foi destinado pelo Conselho Municipal de Assistência Social para a compra de cestas básicas, e faz um mês que não há nenhum tipo de resposta, nem de execução desse ofício que foi encaminhado pelo Conselho Municipal. E na sessão anterior o Mauro Pinheiro colocou que era uma iniciativa da Prefeitura criar um cartão que vai ser disponibilizado para as pessoas comprarem os mantimentos. Cara, faz um mês que estamos em política de isolamento social e, se não fossem essas redes, como bem colocou a Ver.<sup>a</sup> Cláudia, as pessoas já estariam passando fome ou tendo que saquear os pequenos barzinhos das suas comunidades para se alimentarem. É uma política de caos, de desmonte da Fundação de Assistência Social, é algo muito bem pensado por parte desse governo. E a gente tem que pensar que no meio

dessa pandemia também é importante a gente defender as instituições públicas, defender os direitos. A gente não precisa de caridade, as pessoas precisam de dignidade, precisam de emprego, precisam de renda. Ninguém gosta de ter que viver de caridade, de governo ou de empresário. Então, a defesa das instituições públicas tem que estar combinada neste momento em que nós estamos vivendo. Vocês todos devem ter recebido hoje nas notícias, eu li no jornal Correio do Povo, o projeto do Ministério da Economia de privatizar a o Hospital de Clínicas, de privatizar o Grupo Hospitalar Conceição. O que é isso? No meio de uma crise eles estão, sim, se aproveitando dessa situação emergencial de caos para colocar tudo aquilo que é público, que é de direito, nas mãos de empresários, nas mãos de quem quer futuramente lucrar com isso. Então, enquanto uma medida emergencial, visto essa ineficiência pensada por parte do governo Marchezan em relação às políticas de assistência social, a gente vota favoravelmente em relação a esse projeto. Mas ressaltamos que está havendo um desmonte da assistência social pública e que tem lado, isso não é desproposital, isso faz parte de uma política do governo Marchezan de destruir a assistência social pública da nossa cidade e colocar tudo isso na mão dos maristas, dos franciscanos, dos católicos, em que tu tens que rezar e agradecer a Deus por estar recebendo um prato de comida. Isso eu acho um absurdo, enfim. Para encaminhar, o nosso voto é favorável e também o meu descontentamento a essa política consciente que está sendo adotada por Mauro Pinheiro e todos os seus comparsas. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Karen Santos. O Ver. José Freitas está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 045/20.

**VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP):** Quero parabenizar a Ver.<sup>a</sup> Mônica pelo projeto; e, Ver. Mauro, quanto mais o senhor fala, mais nervoso eu fico. Ao invés de o senhor usar a palavra como líder, de nos orientar e de nos esclarecer, o senhor vem só botar lenha na fogueira aqui, e dizer que os secretários têm comparecido, mas da forma como têm comparecido, por mim, nem precisam vir, porque vêm, falam o que querem e não nos ouvem. Não adianta, tem que ser eles para responder, eu tinha várias perguntas para fazer, mas fogem do embate. Então isso aí é só para inglês ver.

Queria dizer, e os colegas vereadores sabem disso, que hoje o serviço social de Porto Alegre é uma piada. Se os colegas não sabem, a Prefeitura disponibilizou endereços: aqui diz o CRAS, qual região do CRAS, o coordenador e o telefone, porque os CRASs estão todos fechados – os CRAS estão fechados! –, então a Prefeitura disponibilizou esses contatos aqui dos coordenadores. Aí tu imaginas, a pessoa quer uma cesta básica e tem que ligar para um desses coordenadores, mas tem pessoas na comunidade que nem telefone têm. É preciso ter alguém lá no CRAS para atender e receber uma cesta básica. Mas o que acontece? Ela tem que ligar para esse número aqui, se cadastrar... A gente sabe que existem pessoas nas comunidades carentes que não têm

ninguém por elas, e as panelas estão vazias. Essa é a verdade. Então eu tenho encaminhado isso aqui, porque foi a Prefeitura que disponibilizou, e as pessoas têm batido com a cara na porta. Então, é piada! É piada. Tudo o que nós fizemos, inclusive esse projeto da Ver.<sup>a</sup> Mônica, é para respaldar aquilo que o governo está deixando de fazer. As pessoas estão sem assistência nesta cidade! Estão sem assistência. Os CRASs estão fechados, por telefone não funcionam. Se não é a comunidade, se não são as igrejas, as associações ajudando as pessoas, muitos já estariam passando fome hoje. Essa é a realidade.

O Ver. Mauro vem para cá com ironia, toda vez que um vereador faz um projeto, ele diz que o governo já está pensando nisso. Eu não sei se a Ver.<sup>a</sup> Mônica reparou que o Ver. Mauro falou que o governo já está trabalhando em cima disso e que vai aproveitar parte do seu projeto. Sempre é assim! Então, repito, feche as portas da Câmara de Vereadores! Encaminho, pelo Republicanos, favoravelmente ao projeto da Ver.<sup>a</sup> Mônica. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 045/20, pelo governo.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL):** Boa tarde, posso dizer boa tarde porque já almocei aqui enquanto ouvia os meus colegas vereadores, que estão bastante nervosos. O Ver. José Freitas, não sei por que, de ontem para cá ele está bem mais nervoso, talvez esteja faltando mais oração e menos ódio no coração dele, mas eu não falei que será feito um projeto como o que a Ver.<sup>a</sup> Mônica propôs, eu disse que poderá ser aproveitado, assim como todas as ideias de todos os vereadores. Eu acho que o principal de tudo é que, quando tenha uma ideia boa, que essa seja implementada para que a população seja beneficiada. Para mim pouco importa se um vereador faz poucos projetos de lei, porque não é com trinta ou quarenta projetos que o vereador vai ter a devida importância. Procuro estudar os projetos, procuro fazer um bom debate, quando são boas ideias, levo para que a gestão possa fazer. Então, com muita tranquilidade, falo aquilo que penso, Ver. João Bosco Vaz. Acho que a Câmara está na sua função. Algumas pessoas estão dizendo que a Câmara não está trabalhando, mas a Câmara está trabalhando muito mais, até eu tenho trabalhado muito mais do que quando era presencial. Mas tem alguns vereadores que querem buscar o protagonismo de qualquer jeito, é natural que busquem, os vereadores têm o direito de ser protagonistas; agora, eu acho que tem que ter um pouco mais de cuidado, não posso querer ser protagonista com um projeto que não tem a mínima constitucionalidade, só para dizer que tenho um projeto, para no outro dia fazerem um “cardzinho” dizendo que o vereador A, B ou C – como já aconteceu – votou contra o povo! Isso é populismo puro, Ver. João Bosco Vaz, tem que respeitar também a opinião dos vereadores. Qualquer projeto que se apresente aqui na Câmara de Vereadores, se alguns vereadores são contrários, no outro dia... Eu



votei contrário ao projeto do Ver. Felipe junto com outros vereadores, Ver. Ricardo e Mendes, porque não concordava com a forma que foi, mas eu gostaria que todo o comércio estivesse aberto. Não sou contra as igrejas. Eu frequento a igreja, sou do grupo cristão assim como o Ver. Nedel, e fui acusado de ser anticristo porque eu votei contra a abertura das igrejas. Fizeram um *banner* e distribuíram na cidade, fizeram *cards* dizendo que eu sou contra as igrejas, porque eu votei contra a emenda do Ver. Hamilton. Ele tem todo o direito de fazer emenda, mas eu não sou favorável a abrir as igrejas agora, isso não quer dizer que eu sou contra as igrejas. E isso é populismo, é sobre isso a que me refiro, ver. João Bosco Vaz. Isso é populismo e uma falta de coleguismo dos colegas que colocam projetos sabendo que são inconstitucionais. E aí aqueles vereadores que estudam e votam sabendo que ele é inconstitucional, no outro dia distribuem *cards* dizendo que o vereador é contra o povo. Isso é coleguismo? Portanto, vereador, eu vou votar contra o projeto, mas digo que é meritório, tem muitas ideias que são boas. Tomara que o governo aproveite as boas ideias de todos os vereadores, independente de serem da base, da oposição. Agora, isso que se faz aqui não é uma coisa de bons colegas, de bons amigos, de bons vereadores, de colocar um projeto inconstitucional e dizer que o outro colega votou contra e que é contra o povo. Disso eu sou contra e acho que nós todos deveríamos ter consciência disso. Eu não fico mandando pessoas entrarem no Facebook do vereador A, B ou C para criticar o vereador, como tem assessores de vereadores que entram no Facebook de outros vereadores. Portanto, eu acho que a gente tem que se respeitar, sim, e eu procuro sempre respeitar os meus colegas vereadores. Agora, quem tem que ter certo cuidado com as palavras não sou eu. A Ver.<sup>a</sup> Karen acabou de dizer “O Ver. Mauro Pinheiro e seus comparsas”. Isso é uma forma de tratar um colega? Essa é uma forma respeitosa de falar com um vereador? Eu acho que isso está equivocado, está errado. Então acho que nós temos de ter um pouco mais de cuidado nas falas e nos projetos de lei, porque nós não podemos nos atacar como está acontecendo o tempo inteiro, fazemos projetos já pensando que o outro vereador vai votar contra para poder falar mal dele porque ele está na base ou não sei o quê. Isso, sim, é politicagem. Eu não faço isso, eu não concordo com isso. Vou votar contrariamente ao projeto, apesar de achar que ele tem coisas meritórias, mas eu não concordo com a forma, porque são coisas da gestão. Inclusive eu quero dizer que tem um artigo que se trata de matéria já contida no projeto do Ver. Paulo Brum e rejeitada, talvez, não devamos voltar a mesma coisa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT):** Eu concordo em 100% com o que o Ver. Mauro Pinheiro falou acerca dessas questões. Nós somos expostos por determinados colegas que vão para as redes nos atacar. Então eu gostaria de pedir para, na próxima reunião de líderes e de Mesa, se for possível, tratarmos disso, porque se eu for a uma rede social e colocar tudo que acontece na Câmara... Nisso aí, o Ver. Mauro Pinheiro tem razão. Eu queria requerer para que isso seja tratado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Com toda a tranquilidade, digo que eu não quero que ninguém fique prejudicado nas possibilidades de manifestar as suas opiniões. Eu acho que não era bem o momento, mas se justifica dado nível do debate que está se realizando agora. Defiro o seu requerimento.

O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 045/20.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Eu só estou fazendo a minha inscrição depois ouvir o Ver. Mauro Pinheiro. Está na hora de nós atuarmos com mais serenidade e não atribuímos, cada voto que fizermos, como uma coisa criminosa. Eu acho que todos nós votamos de acordo com a nossa posição. Com relação às igrejas, eu estou recebendo uma enormidade de manifestações bastante raivosas, porque na verdade eu não concordo em abrir o comércio no tamanho de atividade que propuseram. Eu respeito todos os projetos, mas é preciso um pouco de serenidade e de mais cuidado a todos nós e evitarmos de jogar todos numa vala qualquer. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO) (Requerimento):** Só quero fazer um requerimento, em resposta ao que o Ver. Mauro Pinheiro trouxe na sua fala, anteriormente, e há pedido de vários vereadores por mais informações. Eu queria deixar registrado um requerimento para que a gente tivesse um momento no qual o secretário da fazenda pudesse ser convidado para esclarecer como está a nossa arrecadação municipal, o comprometimento e todos os dados relacionados às finanças públicas municipais, que são necessários para que a gente possa fazer a devida fiscalização, correção e construção dos nossos projetos de lei. Então peço desculpas por estar num momento inadequado, mas eu já havia sinalizado para que este requerimento fosse feito posteriormente ao projeto, para não atrapalhar a nossa votação. Todavia, agradeço o espaço.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 045/20.

**VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB):** Boa tarde, eu quero falar muito incentivado pela penúltima fala do meu colega, querido amigo Aírto Ferronato, que pede serenidade. Eu acho que é um pouco do que a gente está precisando, Bosco. Isso acontece presencialmente e acaba acontecendo virtualmente também. Os ânimos vão se acirrando, um vai achando que é mais atacado do que o outro, mas, na verdade, é que cada coisa que nós encaminhamos, cada voto que damos é suscetível de ser rechaçado ou aplaudido; às vezes, por uma maioria; às vezes, por uma minoria. Eu não quero ser mais realista do que ninguém, mas isso é quase uma normalidade, que eu não gostaria que fosse a normalidade e a realidade do momento. Eu não sou vereador muito antigo, estou no segundo mandato, e se formos pegar os acirramentos que tivemos e os

ataques que eu e a minha bancada já recebemos nas redes sociais, em *outdoors* pela cidade, não daria nem para tratar desse assunto. Volto a dizer, aqueles que reclamam de um ataque quando são atacados, batem palmas quando outros atacam alguns colegas. Mas nós temos realmente de dar uma nivelada, eu não sei, Ver. Bosco, se é o colégio de líderes que vai conseguir resolver isso, nem sei se é possível identificar porque, na verdade, não são vereadores. Raramente um vereador ataca outro vereador, é a população em geral e, muitas vezes, instigada até por veículos de imprensa, que agora também viraram corregedores da Câmara Municipal. Dependendo do que um vereador vota, dizem que é irresponsabilidade, que está errado – o senhor é jornalista, Ver. João Bosco, e a Ver.<sup>a</sup> Mônica também. Eu não estou dizendo que o jornalismo não tenha de ter opinião, mas eu sou de uma época em que ele dava informação. Hoje, o jornalismo, não a totalidade, qualquer generalização não é boa, e eu respeito muito os profissionais de comunicação, mas uma boa parcela começa dando opinião para querer formar a opinião dos demais. Eu não acho que essa seja a função fundamental da comunicação, o nome já diz: comunicar; comunicar aquilo que já está pronto, já está criado, não é opinar. Mas esta é uma outra questão.

Ver.<sup>a</sup> Mônica, eu tenho muito apreço por V. Exa., que presidiu esta Casa no ano passado, já votei muitas vezes favoravelmente a projetos seus, já votei contrariamente a projetos seus, e isso aconteceu também com os votos de V. Exa., porque nós, todos os dias, votamos muitos projetos. Eu não tenho muitos projetos apresentados, mas isso aconteceu em alguns momentos. Neste momento, eu não vou acompanhá-la, apesar de saber dos méritos do projeto, da sua boa intenção. Então, em nome da bancada do PTB, eu vou encaminhar pela rejeição do seu projeto. Obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Não há mais inscrições, então, com a maior serenidade possível, dou por encerrado o período de encaminhamentos e solicito que o diretor disponibilize a possibilidade de manifestação de plenário, com cada um manifestando seu direito de voto. Está aberta a votação.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em votação nominal a Emenda nº 01, ao PLL nº 045/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal) **APROVADA** por 19 votos **SIM** e 13 **NÃO**.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** A matéria dependia de quórum qualificado, que foi alcançado. Está aprovada a Emenda nº 01 ao PLL nº 045/20.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Com a aprovação da Emenda nº 01, fica prejudicado o item II da Emenda nº 02, que também é

de autoria da Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, ao PLL nº 045/20. Então, votaremos apenas o item I da Emenda nº 02 ao PLL nº 045/20.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** É uma emenda de redação, diretor?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Acredito que sim, faz ajustes no texto.

Em votação nominal a Emenda nº 02 ao PLL nº 045/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal) **APROVADO** por 20 votos **SIM** e 12 votos **NÃO**.

(O Ver. Paulo Brum assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB):** Está aprovada a Emenda nº 02. Em votação nominal o PLL nº 045/20. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Após a chamada nominal) **REJEITADO** por 18 votos **SIM** e 13 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB):** Rejeitado, pois não alcançamos o quórum regimental.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Passamos ao PLL nº 047/20, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni.

**VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM):** Luiz Afonso, na verdade, na primeira sessão, nós demos um parecer pela existência de óbice; o vereador-autor corrigiu o que nós apontamos e nós demos um parecer pela inexistência de óbice.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Perfeito.

### VOTAÇÃO NOMINAL

(encaminhamento: autor e bancadas/03 minutos/sem aparte)

**PROC. Nº 0106/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 047/20**, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que estabelece medidas de proteção e segurança durante o período epidemiológico do Coronavírus (Covid-19) no Município de Porto Alegre. (SEI 021.00059/2020-39)

**Parecer:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da Emenda nº 01.

**Observações:**

- com Emenda nº 01;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 82, § 1º, VII da LOM;
- votação nominal conforme o art. 2º, VIII, *d*, da Resolução nº 2.582/20;
- incluído na Ordem do Dia em 30-04-20, conforme a Resolução nº 2.582/20.

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB):** Em votação o PLL nº 047/20. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Obrigado, Sr. Presidente. Saúdo V. Exa. e também os demais colegas vereadores e vereadoras. Sei da importância que tem este projeto de lei, por mais simples que seja, na medida em que são medidas de precaução, de segurança, tanto para os trabalhadores, quanto para usuários, clientes. Na medida em que tantos governos municipais adotam medidas de flexibilização dos serviços, tem que haver um certo compromisso com essa proteção, de uma forma geral. Parece-me que é claro isso enquanto tantos municípios do interior, e também capitais, em outros estados, em outros países, não estabeleceram essas regras de proteção, e o contágio pelo coronavírus foi cada vez maior – muitos países inclusive voltaram a adotar medidas importantes para poderem ter essa precaução e prevenção. Nesse sentido, o projeto de lei fala em três pontos fundamentais, que são a observação do distanciamento, a questão do uso do álcool em gel e a questão do uso de máscaras – nada extraordinário, é aquilo que na verdade a maior parte dos governos está recomendando, na medida em que vai se flexibilizando. E o Ver. Mendes falou bem no momento em que ele disse que o artigo 3º, que englobava a questão dos serviços terceirizados ou concessionários, poderia criar uma certa inconstitucionalidade no projeto de lei, e eu reconheci isso, Mendes, a quem agradeço pela possibilidade de correção. Então, espero que essa iniciativa deste Vereador, da nossa bancada, como também dos demais partidos que assinaram junto, possa ser votada e aprovada por unanimidade, na medida em que tenho percebido também que a maior parte das manifestações do grupo de vereadores, da sociedade em geral, todo mundo está apoiando essa iniciativa, porque é uma forma de prevenção. Nós tivemos, inicialmente, em Porto Alegre, na área da saúde, um certo descuido, mas me parece que agora o próprio secretário-adjunto, numa reunião nossa, falou que não há problema de EPIs e também todos os serviços que estão agora funcionando, farmácias, supermercados e outros serviços, seja venda de material de construção, o que for, algo que se tem observado é que estão mantendo esse distanciamento e essas regras de uso de máscara e

de álcool em gel. Então, peço a colaboração dos nobres vereadores para que, através da Câmara, a gente sinalize uma ação concreta real e possível para que isso ajude na contenção do avanço do coronavírus. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 047/20.

**VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM):** Bom, primeiro quero dizer ao Ver. Oliboni que eu sempre sou justo nos meus relatórios e tento ser o mais coerente possível na apreciação dos meus relatórios. Acho que o projeto do Oliboni é meritório, todos nós estamos preocupados com a questão da segurança dos agentes de saúde pública, inclusive me chamou a atenção o número de reclamações de falta de EPIs, porque, na minha compreensão, nós estamos com capacidade, a meu ver, na saúde, bem menos do que normalmente acontece nos nossos invernos. Então, isso serve de alerta para que nós possamos enxergar que precisou um vírus totalmente infeccioso para que se pudesse dar importância aos EPIs; inclusive pelos próprios profissionais da saúde, porque eu acho que não existe o controle adequado dos equipamentos, de EPIs e do uso, que é sempre necessário.

Porém, eu quero adotar aqui a mesma medida que foi adotada durante o nosso projeto, responsável, cuidadoso com a saúde e com a economia da cidade: qual é o embasamento científico que foi adotado para determinar esse número, essa falta e essa exigência de aquisição desses equipamentos por parte do Município de Porto Alegre? Então o DEM orienta a votar “não” ao projeto, mas entende também a boa intenção do Ver. Oliboni.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Registro que o nosso Presidente Ver. Reginaldo Pujol já está reconectado, e informo que até o momento não temos mais inscritos. Ressalto a existência da Emenda nº 01 ao PLL nº 047/20, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, autor do projeto também, que corrige o apontamento da Comissão de Constituição e Justiça.

(O Ver. Reginaldo Pujol reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação nominal a Emenda nº 01 ao PLL nº 047/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 27 votos **SIM** e 02 **ABSTENÇÕES**.

Em votação nominal o PLL nº 047/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADO** por 16 votos **SIM**, 12 votos **NÃO** e 02 **ABSTENÇÕES**.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Esgotado o tempo regulamentar desta sessão.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Vamos encerrar, então, a sessão. Nós votamos hoje cinco projetos. Convoco os Srs. Vereadores para a próxima sessão de segunda-feira, às 15h, para votarmos os derradeiros projetos em condição de votação. Agradeço a presença de todos. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 14h30min.)

\* \* \* \* \*